



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A REALIZAR-SE NO DIA 18 DE ABRIL DE 2018 EM ATENDIMENTO À INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 (ICVM 481/09) E INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2009 (CVM 480/09).

Statkraft Energias Renováveis S.A.
02 abril 2018



Statkraft

Índice

1.	RELATÓRIOS DISPONIBILIZADOS AOS ACIONISTAS	3
1.1	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (INCISOS I E II DO ARTIGO 9º DA ICVM 481/09)..	3
1.2	COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (INCISO III DO ARTIGO 9º DA ICVM 481/09)	3
1.3	RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES (INCISO IV DO ARTIGO 9º DA ICVM 481/09)	3
1.4	PARECER DO CONSELHO FISCAL, INCLUSIVE VOTOS DISSIDENTES, SE HOUVER.....	3
1.5	§ 1º DO ARTIGO 9º - INCISO I – FORMULÁRIO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS (DFP) 3	
1.6	§ 1º DO ARTIGO 9º - INCISO II – PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO QUE CONTENHA, NO MÍNIMO, AS INFORMAÇÕES INDICADAS NO ANEXO 9-1-II DA ICVM 481/09.	4
1.7	§ 1º DO ARTIGO 9º - INCISO III – PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA, SE HOUVER.	6
2.	INFORMAÇÕES SOBRE AS MATÉRIAS A SEREM EXAMINADAS E DISCUTIDAS	9
2.1	EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	9
2.1.1	APRECIAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E EXAMINAR, DISCUTIR E DELIBERAR ACERCA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016;	9
2.1.2	APRECIAR A PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016;.....	9
2.1.3	PROPOSTA DE ELEIÇÃO/RECONDUÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL	10
2.1.3.1	CONSELHO FISCAL.....	11
2.2	EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA	11
2.2.1	APRECIAR A PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO GLOBAL ANUAL DOS ADMINISTRADORES DA COMPANHIA.....	11
2.2.2	ELEIÇÃO OU RECONDUÇÃO DE MANDATO, POR MAIS 01 ANO, DOS MEMBROS DOS “COMITÊS DE ASSESSORAMENTO” DA COMPANHIA.....	12

1. Relatórios disponibilizados aos Acionistas

Segundo o artigo 9º da ICVM 481/09 a Companhia deve fornecer, aos acionistas da Companhia, os documentos listados a seguir.

A Statkraft está enquadrada no §4º do art.133 da Lei nº 6.404/76, estando à totalidade dos acionistas reunidos na Assembleia-geral, assim encontra-se "sanada a falta de publicação dos anúncios ou a inobservância dos prazos referidos neste artigo", entretanto, mantendo a obrigatoriedade da publicação da Proposta da Administração no sistema IPE, que deverá ocorrer antes da realização da reunião da Assembleia Geral Ordinária.

1.1 Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis (Incisos I e II do artigo 9ª da ICVM 481/09)

O Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social 2017 foram arquivados na CVM e BM&FBOVESPA no dia 14 de março de 2018 e publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e Notícias do Dia no dia 22 de março de 2018. Tais documentos também estão disponíveis no site da Companhia no endereço: www.statkraft.com.br.

1.2 Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência (Inciso III do artigo 9º da ICVM 481/09)

As informações referentes ao comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia estão disponíveis no anexo I da presente Proposta.

1.3 Relatório dos Auditores Independentes (Inciso IV do artigo 9º da ICVM 481/09)

O Relatório dos Auditores Independentes está contemplado nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

1.4 Parecer do Conselho Fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver

O Parecer do Conselho Fiscal está contemplado nas Demonstrações Contábeis da Companhia, ressaltando que não houve votos dissidentes.

1.5 § 1º do artigo 9º - Inciso I – Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP)

O formulário DFP foi entregue pela Companhia no dia 14 de março 2018, na mesma data de entrega do Relatório da Administração.

1.6 § 1º do artigo 9º - Inciso II – Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no anexo 9-1-II da ICVM 481/09.

1. Informar o Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido da Companhia foi de R\$ 8.401 mil em 31 de dezembro de 2017.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido, após a apropriação da reserva de lucros.

A Administração irá propor distribuir dividendos totais de 25% do valor do lucro líquido. O montante a pagar será de R\$ 1.995 mil, que corresponde a R\$ 0,0139242 por ação cuja data de pagamento será 20 de abril de 2018.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O montante total distribuído corresponderá a 25% do lucro líquido

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

A Companhia efetuou redução de capital no 4º trimestre com base nos prejuízos acumulados até as demonstrações de 30 de setembro de 2017, no montante de R\$ 168.947 mil. O montante apresentado de dividendos adicionais a distribuir se refere ao resultado acumulado entre a data base da redução de capital e as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, reduzidos da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos.

A Administração irá propor distribuir dividendos totais de 100% desta reserva. O montante a pagar será de R\$ 21.316 mil, que corresponde a R\$ 0,1487004 por ação cuja data de pagamento será 20 de abril de 2018.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

O saldo previsto para pagamento é de R\$ 23.311 mil, correspondente a R\$ 0,1626186 por ação ordinária. A forma de pagamento e a data serão definidas na Assembleia Geral Ordinária que está prevista para 18 de abril de 2018.

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Será pago após as deliberações da Assembleia Geral Ordinária que está prevista para 18 de abril de 2018, onde terá sua forma de pagamento definida.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio

Não se aplica.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A data será definida pelo Conselho de Administração após as deliberações da Assembleia Geral Ordinária que está prevista para 18 de abril de 2018.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não houve pagamentos de proventos adicionais aos acionistas referentes ao exercício de 2016 ou outros.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Não houve pagamentos de proventos aos acionistas referentes ao exercício de 2016 ou outros.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 03 (três) exercícios anteriores

i) Lucro (prejuízo) do exercício por ação – R\$

2017	2016	2015
0,00006	(0,00011)	(0,00044)

ii) Lucro (prejuízo) do exercício por lote de mil ações – R\$

2017	2016	2015
0,05861	(0,10738)	(0,44486)

b) Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Nos três exercícios anteriores a Companhia não realizou antecipação ou distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado à reserva legal

O montante destinado à reserva legal foi de R\$ 420 mil.

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não se aplica.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não se aplica.

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não se aplica.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado;
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

b) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Está previsto pagamento integral dos dividendos mínimos obrigatórios

c) Informar o montante eventual retido

Não se aplica.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a) Informar o montante da retenção

Não se aplica.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não se aplica.

c) Justificar a retenção dos dividendos

Não se aplica.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a) Identificar o montante de resultado destinado à reserva

Não se aplica.

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não se aplica.

c) Explicar porque a perda foi considerada provável

Não se aplica.

d) Explicar porque a perda foi considerada provável

Não se aplica.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não se aplica.

b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não se aplica.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

.....

Não se aplica, dado que não serão constituídas reservas estatutárias.

b) Identificar o montante destinado à reserva

Não se aplica.

c) Descrever como o montante foi calculado

Não se aplica.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a) Identificar o montante da retenção

Não se aplica.

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Não se aplica.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a) Informar o montante destinado à reserva

Não se aplica.

b) Explicar a natureza da destinação

Não se aplica.

1.7 § 1º do artigo 9º - Inciso III – Parecer do comitê de auditoria, se houver.

O Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças reunido no dia 08 de março de 2018 recomendou ao Conselho da Administração, as Demonstrações Contábeis da Companhia do ano de 2017.

2. Informações sobre as matérias a serem examinadas e discutidas

2.1 Em Assembleia Geral Ordinária

2.1.1 Apreciar as contas dos administradores, o Relatório da Administração e examinar, discutir e deliberar acerca do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017;

O Relatório da Administração contém informações sobre a conjuntura macroeconômica e o desempenho financeiro e das operações da Statkraft.

As Demonstrações Financeiras foram arquivadas na CVM e BM&FBOVEPSA no dia 14 de março de 2018 e publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e Notícias do Dia em 22 de março de 2018. Tais documentos também estão disponíveis no site da Companhia no endereço: www.statkraft.com.br

Tais análises demonstram a situação econômico-financeira da Statkraft e evoluções da situação patrimonial ocorridas no exercício social. Dessa forma, é possível avaliar também os índices de liquidez e de lucratividade e o grau de endividamento da Statkraft.

Proposta da Administração

A administração propõe que os acionistas examinem com cuidado todos os documentos disponibilizados pela administração e aprovelem as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras.

2.1.2 Apreciar a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017;

De acordo com o artigo 19, inciso XXII do Estatuto Social, o Conselho de Administração deliberará sobre a proposta de apropriação do lucro líquido do exercício para posterior aprovação na Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária da Companhia.

Passo 1 - Definições sobre os Dividendos Mínimos a serem distribuídos de acordo com os Estatutos da SKER:

<i>Valores em R\$</i>	
Lucro Líquido do exercício 2017	8.400.537,54
Constituição da reserva legal (5%)	(420.026,88)
Base de cálculo para dividendos mínimos estatutário	7.980.510,66
Dividendos mínimos estatutário (25%)	1.995.127,67
<hr/>	
<i>Statkraft Investimentos Ltda (81,31%)</i>	<i>1.622.238,31</i>
<i>FUNCEF (18,69%)</i>	<i>372.889,36</i>

Passo 2 - Definições de Dividendos Adicionais a serem distribuídos de acordo com a proposta da Administração SKER:

A SKER realizou uma redução de capital no quarto trimestre com base nas perdas acumuladas até as demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2017 no valor de R\$ 169MM. O montante de dividendos adicionais a serem distribuídos refere-se ao resultado acumulado entre a data-base da redução de capital e essas demonstrações financeiras (31 de dezembro de 2017), reduzidas da conta de reserva legal e dividendos mínimos legais distribuídos.

<i>Valores em R\$</i>	
Lucro Líquido do 4 trimestre 2017	23.730.950,26
Constituição da reserva legal (5%)	(420.026,88)
Dividendos mínimos estatutário (25%)	(1.995.127,67)
Dividendos adicionais à distribuir	21.315.795,72
<hr/>	
<i>Statkraft Investimentos Ltda (81,31%)</i>	<i>17.331.873,50</i>
<i>FUNCEF (18,69%)</i>	<i>3.983.922,22</i>

Os dividendos da FUNCEF no valor de R\$ 4.4MM serão compensados com saldo em aberto com a SKER, que contabilizará R\$ 6.5MM em janeiro de 2018. Após a compensação, o valor do passivo restante da FUNCEF com a SKER será R\$ 2.1MM além da correção mensal pela inflação.

Proposta da Administração

Tendo em vista o lucro realizado no exercício 2017, o valor será pago aos acionistas nos termos acima mencionados.

2.1.3 Proposta de recondução dos membros do Conselho de Administração e Fiscal

2.1.3.1 Conselho de Administração

Nosso acionista Statkraft Investimentos Ltda reconduzirá **AUSTIN LAINE POWELL, KJERSTI RONNINGEN e SIMEN BRAEIN**, para o cargo de membros titulares do Conselho de Administração da Companhia; **LAURENT GONZALO e TRON ENGBRETHSEN**, para o cargo de membros suplentes do Conselho de Administração da Companhia.

Nosso acionista FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais reconduzirá **ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA e DELVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO**, para o cargo de membros titulares do Conselho de Administração da Companhia; **ANDREA MORATA VIDEIRA e ANTONIO CARLOS BONFIM** para o cargo de membros suplentes do Conselho de Administração da Companhia.

As informações dos itens 12.5 a 12.7 do Formulário de Referência, conforme instrução CVM Nº 480/2009, estão incluídas no anexo III dessa Proposta.

2.1.3.2 Conselho Fiscal

Nosso acionista Statkraft Investimentos Ltda reconduzirá **EMANUELA ROGGIA** e **MARCOS BETT PAGANI**, para o cargo de membros titulares do Conselho Fiscal da Companhia; **PAULA BEATRIZ CERQUEIRA LEITE**, para o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia.

Nosso acionista FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais reconduzirá **SAULO MACEDO FREITAS**, para o cargo de membro titular do Conselho Fiscal da Companhia e **HÉLIO RICARDO TEIXEIRA DE MOURA** para o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia.

As informações dos itens 12.5 a 12.7 do Formulário de Referência, conforme instrução CVM N° 480/2009, estão incluídas no anexo III dessa Proposta.

2.2 Em Assembleia Geral Extraordinária

2.2.1 Apreciar a proposta de remuneração global anual dos administradores da Companhia

De acordo com o artigo 11, parágrafo único, item X, do Estatuto Social, compete à Assembleia Geral de Acionistas fixar a remuneração global dos Conselheiros Estatutários, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A fim de garantir o patrimônio interno, a porcentagem proposta para ajustes salariais será definida de acordo com o ajuste salarial dos empregados como resultado das negociações sindicais.

Como referência para fins orçamentários, a porcentagem proposta considera o mínimo de 3,5% até o máximo de 5%, o que será a mesma estratégia adotada para negociações sindicais para outros funcionários.

Proposta da Administração

Portanto, para o período de 1º de maio de 2018 até 30 de abril de 2019, período estimado entre a Assembleia Geral Ordinária, o montante total da remuneração dos Diretores (não incluindo o Programa Bônus), incluindo o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, é RRL 5.116.142,56, com base no ajuste máximo de 5%. Os números totais incluem contribuições propostas para o INSS pago pelo empregador e reconhecidas no resultado, pagamento do 13º salário em dezembro.

Nossa política de remuneração é assim expressa:

O Conselho Fiscal é composto de três membros titulares e três suplentes, e recebe doze remunerações anuais. Para o período de 01 de maio de 2018 a 30 de abril de 2019 a verba anual prevista é R\$ 97.035,13, incluída a contribuição patronal à previdência social. Os membros indicados pelo acionista Statkraft não são remunerados.

O Conselho de Administração é composto por cinco membros, e respectivos suplentes. Recebe doze remunerações anuais. Para o período de 01 de maio de 2018 a 30 de abril de 2019 a verba anual prevista é R\$ 371.234,87, incluída a contribuição patronal à previdência social. Os membros indicados pelo acionista Statkraft não são remunerados.

A Diretoria Estatutária da companhia é composta por um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores e demais Diretores sem denominação específica. Recebe treze remunerações anuais. Para o período de 01 de maio de 2018 a 30 de abril de 2019 a verba anual prevista é R\$ 4.692.862,56, incluída a contribuição patronal à previdência social, além de benefícios.

A remuneração para o período entre as AGOs está demonstrada no item 13.16 do anexo II.

2.2.2 Eleição ou recondução de mandato, por mais 01 ano, dos membros dos “Comitês de Assessoramento” da Companhia

A composição dos comitês de assessoramento da Statkraft será composta por: (i) Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças: Kjersti Rønningen, Laurent Gonzalo (suplente), Paulo Andrés Siqueira e Andrei Angelo Busanello (suplente); (ii) Comitê de Recursos Humanos e Remuneração: Merve Ergün, Wagner Duduch e Andrei Angelo Busanello (suplente); e (iii) Comitê de Investimentos: Austin Laine Powell, Wagner Duduch e Andrei Angelo Busanello (suplente).

- ANEXO I -

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, CONFORME ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (INSTRUÇÃO CVM 480/2009)

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Fortalecimento da estrutura como plataforma para o crescimento

No dia 13 de julho de 2015, ocorreu a conclusão da operação de consolidação do controle da Statkraft Energias Renováveis S.A., na qual o Grupo Statkraft, por meio da Statkraft Investimentos Ltda., ampliou sua participação acionária para 81,3% e a FUNCEF manteve sua participação de 18,7%.

Como forma de assegurar o funcionamento da Companhia em linha com o modelo operacional do Grupo Statkraft e garantir uma transição segura e sólida, imediatamente após a finalização da operação deu-se início o processo de integração.

O objetivo do Projeto de Integração era capturar as sinergias com o Grupo Statkraft e melhorar os processos corporativos de forma geral, com ênfase em controles, eficiência operacional, *compliance*, governança e mitigação de riscos, garantindo melhores resultados aos acionistas da Companhia.

Ao final do ano de 2016, após extensivo processo de Auditoria Interna, o Grupo Statkraft reconheceu o sucesso da implantação, atestando a aderência da Statkraft Energias Renováveis ao modelo operacional corporativo, denominado *The Statkraft Way*.

Já no início do ano de 2017, como parte da revisão estratégica, o Grupo Statkraft reiterou sua estratégia de ampliar as operações fora da Noruega. Nesse sentido o Brasil foi apontado como uma das principais plataformas do Grupo Statkraft para crescimento fora da Europa. As oportunidades de mercado contribuíram para essa direção estratégica, mas também o fato de que as operações no Brasil estão de acordo com as políticas e padrões do Grupo Statkraft são fundamentais para a mudança de um mandato operacional para um mandato de crescimento.

Assim, a Administração da Statkraft Energias Renováveis S.A. está analisando alternativas de crescimento com base no estudo de seu portfólio de projetos em desenvolvimento, bem como a possibilidade de aquisição de projetos em operação, construção e / ou desenvolvimento. O foco do crescimento será baseado em fontes renováveis, como energia hidrelétrica, energia eólica e solar, através de investimentos que gerarão valor para os acionistas.

Além disso, a Administração da Companhia busca elevar os padrões de crédito da Statkraft Energias Renováveis S.A. com o objetivo de viabilizar esta nova fase de crescimento de suas

operações, sendo, por exemplo, a recente redução do seu nível de endividamento uma melhora nas métricas de seu Balanço Patrimonial.

Eventos marcantes no exercício

Sob a perspectiva operacional, destaca-se o risco hidrológico vivenciado pelo setor elétrico em 2017, ano em que o Brasil enfrentou a sua maior crise hídrica já registrada, de modo que os reservatórios tenham atingido patamares extremamente baixos. Como consequência, os geradores foram expostos aos mais elevados índices de GSF no segundo semestre de 2017, sendo a SKER impactada em R\$ 46,3 milhões, apesar da alta disponibilidade dos ativos.

Ainda, durante o mês de junho de 2017, a Companhia sofreu execução arbitral, com efeito negativo ao resultado de R\$ 38,6 milhões, sendo este um efeito legado não recorrente.

Em linha com o compromisso da Statkraft com os mais altos padrões de ética, *compliance* e integridade, cabe destacar o reconhecimento pelo Ministério Público Federal e Polícia Federal em Brasília/DF da inexistência de qualquer relação entre os fatos investigados pela “Operação Greenfield” e a Companhia. A decisão mitigou possível efeito ao resultado da SKER, bem como reestabeleceu sua reputação perante o mercado.

Outros eventos importantes destacados neste Relatório de Administração denotam o alto nível de controles da Companhia, bem como a total aderência às normas internacionais de contabilidade (IFRS).

Diante dos fatores acima expostos, iniciamos o ano de 2018 com expectativa positiva para os nossos resultados.

b) Estrutura de capital

Possuímos apenas Ações ordinárias com direito a voto e não pretendemos, no curto prazo, realizar nenhuma operação de resgate.

Em dezembro de 2017 a Companhia realizou dois eventos importantes ao realizar o pagamento antecipado dos financiamentos das subsidiárias Santa Laura e Santa Rosa, utilizando-se de recursos próprios de caixa gerado pelos projetos. Esta ação de desalavancagem refletiu-se na melhora dos principais indicadores financeiros da Companhia.

A redução do nível de endividamento trouxe melhora para a estrutura de capital, sendo que nossa relação entre dívida líquida e patrimônio líquido era de 0,20 em 31 de dezembro de 2017. Em 31 de dezembro de 2016, esta mesma relação era de 0,31.

A Companhia realizou, em 15 de dezembro de 2017, redução de capital social no montante de R\$ 168,9 milhões. Tal redução permitiu a absorção de prejuízos acumulados constantes das informações trimestrais no 3T17. Após a redução, permanece inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital da Companhia, sem cancelamento de ações.

Assim, nosso patrimônio líquido passou de R\$ 771.997 mil em 31 de dezembro de 2016 e 779.397 mil em 31 de dezembro de 2017. Esta variação se deu por força da (i) constituição de reserva de lucros no valor de R\$ 21.316 mil, (ii) constituição de reserva legal, no montante de R\$ 420 mil, (iii) além do aumento de R\$ 988 mil no valor do ajuste de avaliação patrimonial, referente ao valor justo de investimentos em entidades não controladas.

Em 31 de dezembro de 2017 a dívida líquida somava R\$ 157,5 milhões, representando redução 34% na comparação com 31 de dezembro 2016, quando a dívida líquida somava R\$ 242,0 milhões, cuja abertura é demonstrada na tabela abaixo.

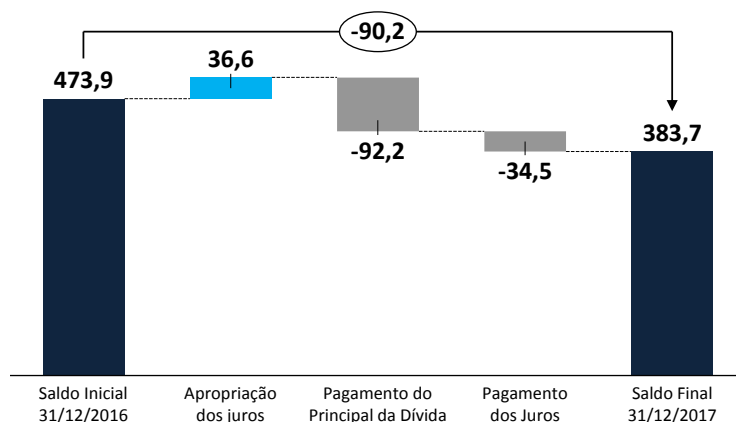
Dívida Líquida (TBRL)	31 de dezembro 2016	31 de dezembro de 2017	Diferença nominal	Var. %
Endividamento	473.868	383.701	-90.167	-19,0
- Financiamento de obras - BNDES	231.241	152.502	-78.739	-34,0
- Financiamento de obras – BNB	242.627	231.199	-11.428	-4,7
Caixa e aplicações financeiras	231.884	226.238	-5.646	-2,4
Dívida líquida	241.984	157.463	84.521	-34,9
EBITDA (últimos 12 meses)	177.887	97.253	-80.634	-45,3
EBITDA Ajustado (*)	182.587	136.700	-45.887	-25,1
Dívida líquida / EBITDA	1,4	1,6	0,2	-
Dívida líquida / EBITDA ajustado (*)	1,3	1,1	-0,2	-

Alguns destaques do comportamento do endividamento a seguir:

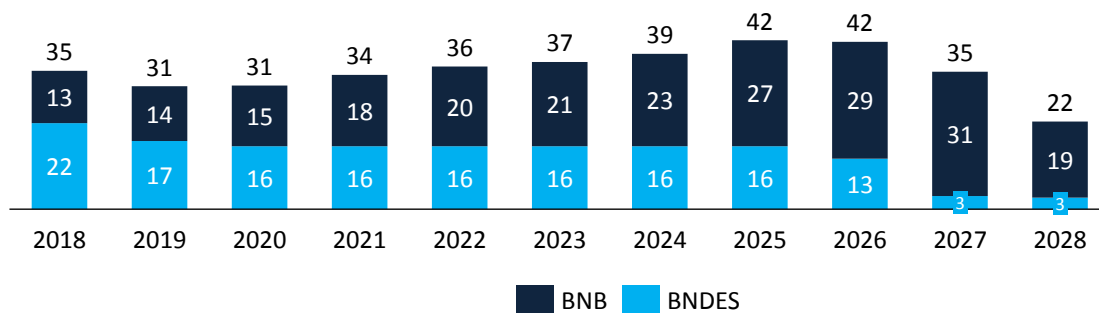
Endividamento: entre os períodos em análise o endividamento bancário apresentou redução de 19,0% ou R\$ 90,2 milhões.

As movimentações que contribuíram para a redução foram: (i) a amortização de R\$ 92,2 milhões de principal, sendo R\$ 80,8 milhões com BNDES e R\$ 14,4 milhões com o BNB e (ii) o pagamento de R\$ 34,5 milhões de juros, sendo R\$ 18,1 milhões com BNDES e R\$ 16,4 milhões com BNB.

Por outro lado a movimentação que contribuiu para o aumento foi a apropriação de encargos financeiros das parcelas a vencer no curto prazo dos empréstimos, no valor de R\$ 36,6 milhões, sendo R\$ 20,1 milhões com BNDES e R\$ 16,4 milhões com BNB.

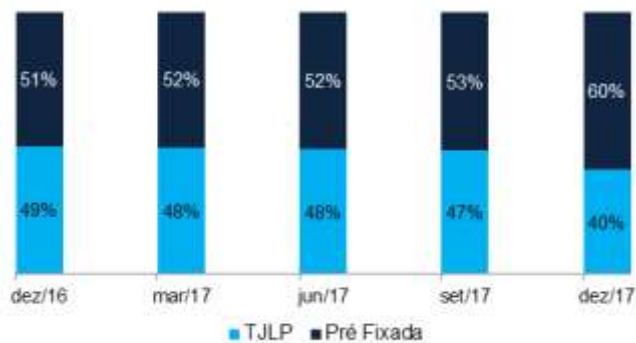


O cronograma de amortização do endividamento, conforme saldo de R\$ 384 milhões de 31 de dezembro de 2017, é apresentado a seguir (em R\$ milhões):

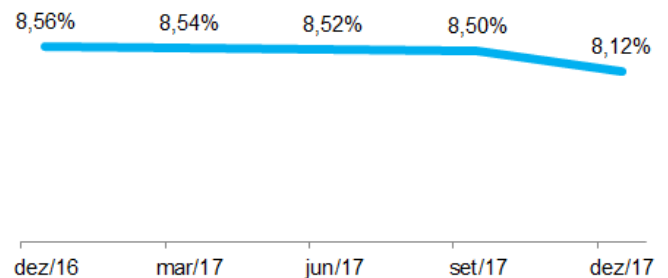


Em dezembro de 2017, a participação do dívida atrelada à TJLP era de 40%, representada pelos empréstimos do BNDES, ante a 60% da pré fixada, representada pela dívida junto ao BNB.

Evolução da Composição da Dívida Bancária por Indexador



Custo Médio Ponderado da Dívida Bancária

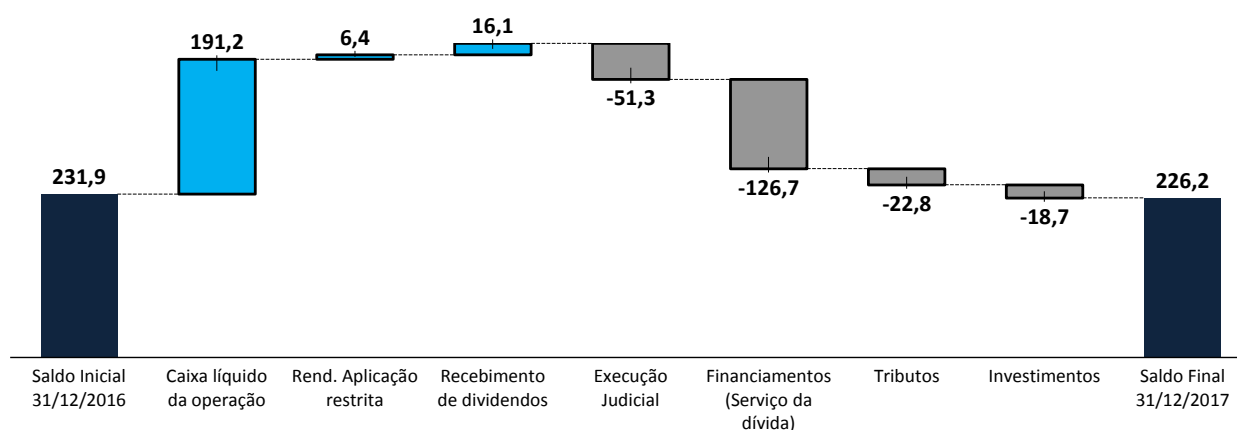


Caixa e aplicações financeiras: entre os períodos em análise houve redução do saldo de caixa e aplicações financeiras de R\$ 5,7 milhões.

As movimentações que contribuíram para o aumento foram: (i) geração de caixa proveniente das operações no valor de R\$ 191,2 milhões, (ii) recebimentos de dividendos de Ceran e Dona Francisca (R\$ 16,1 milhões) e rendimento de aplicação financeira restrita (R\$ 6,4 milhões).

Por outro lado, as movimentações que contribuíram para a redução foram: (i) pagamento de juros sobre financiamentos no valor de R\$ 34,5 milhões, (ii) pagamento de principal sobre financiamentos no valor de R\$ 92,2 milhões; (iii) pagamento de tributos no valor de R\$ 22,8 milhões, (iv) investimentos realizados no valor de R\$ 18,7 milhões e (v) pagamento de execução judicial no valor de R\$ 51,3 milhões.

O saldo de caixa e aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2017 era composto principalmente (i) pelo saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo das subsidiárias e Statkraft, no valor de R\$ 183,3 milhões e (ii) pelo saldo de R\$ 42,9 milhões com aplicações financeiras restritas, constituídas por força dos contratos de financiamento de longo prazo.



c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o nosso atual perfil de endividamento e nossa posição de liquidez, nossa Diretoria acredita termos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos investimentos, despesas, dívidas e outros valores já contratados, embora não tenhamos garantias que tal situação permanecerá igual nos próximos exercícios sociais. Apresentamos abaixo algumas considerações sobre nossa capacidade de pagamento dos principais compromissos financeiros assumidos:

- **Contratos de Financiamento BNDES:** As garantias exigidas pelo BNDES para a contratação de dívida foram: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com terceiros; (iv) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita) e (v) penhor dos contratos do projeto, especificamente EPC e O&M ou qualquer outro que outorgue direitos creditórios ao Projeto, que venha a ser firmado entre a Monel Monjolinho Energética S.A. e terceiros até a quitação integral das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado.

- **Contratos de Financiamento BNB:** As garantias exigidas pelo BNB para a contratação de dívida foram: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com terceiros; (iv) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita); (v) contratação de seguro garantia de conclusão de obra, na modalidade *Completion Bond*, com validade até seis meses após a entrada em operação comercial do empreendimento (já baixada); (vi) contratação de fiança bancária, representando 50% do valor do saldo devedor do financiamento, com vigência mínima de dois anos, renovável sucessivamente e mantida por, pelo menos, 12 meses após o início do fluxo de recebíveis transitando pela conta centralizadora dos contratos de venda de energia que garantem a liquidez necessária para as amortizações contratuais, cuja baixa ocorreu ao longo de 2014. Em 31 de dezembro de 2014, existiam três contratos diretos com o BNB. Esses contratos de financiamento com o BNB são vinculados ao financiamento de longo prazo, voltados para a implantação dos empreendimentos de Macaúbas, Seabra e Novo Horizonte, empreendimentos

que compõem o Complexo Eólico da Bahia.

Vale ressaltar, ainda, que possuímos um fluxo de caixa recorrente e previsível, uma vez que grande parte da produção de energia é vendida antecipadamente por meio de contratos de longo prazo. Este fator reforça nossa solidez para honrarmos nossos compromissos financeiros.

d) Fontes e financiamento para capital de giro e para investimentos não-circulantes utilizadas

Pretendemos manter a estratégia de captação de recursos de longo prazo para cobertura de parcela relevante dos investimentos necessários para a implantação dos nossos projetos. Mais especificamente, pretendemos continuar captando tais recursos (i) por intermédio de nossas SPEs titulares de concessões ou autorizações, e (ii) de instituições financeiras de fomento, na modalidade de *project finance*.

Não possuímos necessidades relevantes de capital de giro. Caso surjam demandas desta natureza, as instituições financeiras de fomento, assim como os bancos comerciais, possuem linhas de financiamento específicas para estas necessidades de caixa. De toda forma, acreditamos que estamos atualmente em condições de contratar tais financiamentos para custear nossas necessidades de caixa.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Somos uma empresa que investimos em ativos de alto valor agregado, demandando assim grandes volumes de recursos financeiros. Nossas fontes de recursos são através de (i) aportes de capital de nossos controladores, (ii) financiamentos de longo prazo com instituições bancárias, (iii) recebimento de dividendos de nossas subsidiárias em operação e (iv) venda de ativos.

Nosso bloco de controle é formado pela Statkraft Investimentos Ltda. (81,3%) e FUNCEF – Fundação dos Economiários Federais (18,7%).

Acreditamos que a medida que nossa capacidade instalada cresça, os dividendos que recebemos das nossas subsidiárias também aumentem. De forma geral, o fluxo de dividendos de nossas subsidiárias é crescente, uma vez que parte substancial de suas despesas está atrelada ao pagamento de encargos bancários atrelados ao financiamento de longo prazo, cujo valor é decrescente ao longo do tempo.

A venda de ativos em operação, implantação ou ainda de projetos em desenvolvimento, também é outra forma de financiarmos nossos investimentos. A substituição de fluxo de caixa por outro de maior atratividade pode ser considerada como uma justificativa pela venda de um ativo seja em qual estágio de vida estiver.

Para necessidades de caixa de curto prazo, nossos controladores também poderão realizar empréstimos de mútuos que também poderão vir a ser transformados em aporte de capital. Adicionalmente poderemos recorrer a empréstimos de curto prazo com instituições financeiras para cobrirmos necessidades de giro operacional da Companhia.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

As tabelas apresentadas abaixo demonstram o nosso endividamento, em 31 de dezembro de 2017 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas empresas controladas têm basicamente as seguintes características:

- **Financiamentos para construção das usinas – BNDES**

Empresas	Vencimento	Encargos financeiros % a.a.	Consolidado	
			31.12.2017	31.12.2016
Monel Monjolinho Energética S.A.	Setembro de 2026	TJLP + 2,1	110.108	121.381
Santa Rosa S.A.	Janeiro de 2023	TJLP + 3,8	-	45.718
Moinho S.A.	Agosto de 2028	TJLP + 2,0	35.804	38.742
Esmeralda S.A.	Março de 2019	TJLP + 3,5	6.591	11.738
Santa Laura S.A.	Junho de 2020	TJLP + 3,5	-	13.662
			<u>152.502</u>	<u>231.241</u>

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNDES ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva (Nota 8)" e "Movimento (centralizadora)".

Adicionalmente, as referidas cláusulas estabelecem que as empresas: (i) não poderão distribuir dividendos ou pagar juros sobre o capital próprio cujo valor, isolada ou conjuntamente, exceda o valor do dividendo mínimo obrigatório, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro; (ii) não poderão constituir, sem prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro, qualquer gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia; (iii) não poderão ceder nem vincular em favor de outro credor, sem prévia anuência do BNDES ou do Agente Financeiro, a receita cedida e vinculada; e (iv) não emitir debêntures ou partes beneficiárias, nem assumir novas dívidas, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro. Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobrás ou com terceiros; (iv) fiança prestada pela Statkraft Investimentos Ltda e Statkraft Energias Renováveis S.A. (aplicável para a Esmeralda S.A.); (v) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita (Nota 8)); (vi) contratação de carta de fiança bancária, no montante de R\$

126.000, com vigência até 2027 (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A.) a qual foi retirada ainda no primeiro semestre de 2012, uma vez que o seu ICD exigido foi atingido em 31 de dezembro de 2011; (vii) contratação de carta de fiança bancária, ficando dispensada desde que a Santa Laura S.A. apresente ICSD de 1,3, como mencionado anteriormente, a qual foi retirada ainda no primeiro semestre de 2012, uma vez que o seu ICD exigido foi atingido em 31 de dezembro de 2011; e (viii) penhor dos contratos do projeto, especificamente EPC e O&M ou qualquer outro que outorgue direitos creditórios ao Projeto, que venha a ser firmado entre a Monel Monjolinho Energética S.A. e terceiros até a quitação integral das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado. Em atendimento aos requerimentos do BNDES ou do Agente Financeiro foram firmados com o Unibanco S.A. (aplicável a Esmeralda S.A. e Santa Laura S.A.), com o Bradesco S.A. (aplicável a Santa Rosa S.A.), com o Banco do Brasil S.A. (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A. e Passos Maia Energética S.A.) e com o Banco Santander S.A. (aplicável a Moinho S.A.), os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

Até o presente momento todas as condições restritivas aos contratos de financiamentos (*covenants*) com o BNDES vêm sendo atendidas.

- **Financiamentos para construção das usinas - BNB**

Empresas	Vencimento	Encargos financeiros % a.a.	Consolidado	
			31.12.2017	31.12.2016
Macaúbas Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	84.402	88.492
Novo Horizonte Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	74.071	77.983
Seabra Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	72.725	76.152
			<u>231.199</u>	<u>242.627</u>

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNB ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva" e "Movimento (centralizadora)".

Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobrás ou com terceiros; (iv) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita (Nota 8)); (v) contratação de seguro garantia de conclusão de obra, na modalidade Completion Bond, com validade até seis meses após a entrada em operação comercial do empreendimento; (vi) contratação de fiança bancária, representando 50% do valor do saldo devedor do financiamento, com vigência mínima de dois anos, renovável sucessivamente e mantida por, pelo menos, 12

meses após o início do fluxo de recebíveis transitando pela conta centralizadora dos contratos de venda de energia. Em atendimento aos requerimentos do BNB foram firmados com o próprio BNB os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

O contrato prevê Bônus de Adimplência Sobre Encargos de 25% sobre os encargos incidentes, desde que as prestações de juros ou de principal e juros sejam pagos até as datas dos respectivos vencimentos estipulados no contrato de financiamento. Uma vez respeitadas as condicionantes de pagamento, os encargos financeiros passarão de 9,5% a.a. para 7,125% a.a., cuja diferença será contabilizada como desconto financeiro.

Até o presente momento todas as condições restritivas aos contratos de financiamentos (*covenants*) com o BNB vêm sendo atendidas.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2017 não dispúnhamos de limites de utilização de financiamentos.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A análise e discussão apresentada a seguir sobre a nossa estrutura patrimonial e nosso resultado operacional baseia-se nas informações financeiras resultantes de nossas Demonstrações Financeiras auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

Na discussão a seguir, referências a aumentos ou reduções em qualquer exercício social são feitas em comparação ao exercício social anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de maneira diversa.

• **ATIVO - 31 DE DEZEMBRO DE 2017 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

Ativo	dez/17	AV	dez/16	AV	AH
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	183.324	12,47%	140.761	9,28%	30,24%
Contas a receber	93.475	6,36%	65.627	4,32%	42,43%
Dividendos a receber	5.495	0,37%	1.832	0,12%	199,95%
Tributos a recuperar	5.633	0,38%	3.929	0,26%	43,37%
Almoxarifado	2.316	0,16%	4.842	0,32%	-52,17%
Repactuação de risco hidrológico	3.731	0,25%	3.630	0,24%	2,78%
Operações Descontinuadas	-	0,00%	2.123	0,14%	-
Outros ativos	4.394	0,30%	5.607	0,37%	-21,63%
	298.368	20,29%	228.351	15,05%	30,66%
Não circulante					
Aplicação financeira restrita	42.914	2,92%	91.123	6,00%	-52,91%
Partes relacionadas	6.445	0,44%	8.028	0,53%	-19,72%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.776	0,87%	11.733	0,77%	8,89%
Investimentos ao valor justo	63.416	4,31%	79.462	5,24%	-20,19%
Repactuação de risco hidrológico	1.972	0,13%	4.889	0,32%	-
Contas a receber	27.756	1,89%	22.179	1,46%	25,15%
Outros ativos	651	0,04%	3.372	0,22%	-80,69%
Investimentos	20.606	1,40%	28.692	1,89%	-28,18%
Imobilizado	926.704	63,03%	972.307	64,07%	-4,69%
Intangível	52.439	3,57%	51.191	3,37%	2,44%
Propriedades para investimentos	16.177	1,10%	16.177	1,07%	0,00%
	1.171.856	79,71%	1.289.153	84,95%	-9,10%
Total do ativo	1.470.224	100,00%	1.517.504	100,00%	-3,12%

CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa

As movimentações que contribuíram para o aumento foram: (i) geração de caixa proveniente das operações no valor de R\$ 123,1 milhões, (ii) recebimentos de dividendos de Ceran e Dona Francisca (R\$ 16,1 milhões), (iii) recebimento de caixa por redução de capital em investida (R\$ 17,5 milhões), (iv) resgate de aplicações financeiras restritas de longo prazo (R\$ 54,6 milhões), e (v) recebimento de caixa de operações com partes relacionadas (R\$ 5,5 milhões)

Por outro lado, as movimentações que contribuíram para a redução foram: (i) pagamento de juros sobre financiamentos no valor de R\$ 34,5 milhões, (ii) pagamento de principal sobre financiamentos no valor de R\$ 92,2 milhões; (iii) pagamento de tributos no valor de R\$ 22,8 milhões e (v) investimentos realizados no valor de R\$ 24,8 milhões.

Contas a receber

O aumento observado é decorrente principalmente (i) aumento do saldo a receber de serviços prestados a partes relacionados pela controladora (+R\$ 1,3 milhão), (ii) aumento do saldo a receber em aberto no final de cada período por conta da atualização por inflação dos contratos de longo prazo (+R\$ 3,4 milhões), (iii) aumento no saldo a receber de liquidações do mercado de curto prazo pelas usinas do Proinfa referentes a 2017 (+R\$ 3,3 milhões), (iv) incremento de saldos na UHE Monel na PCH Moinho referente a saldo a liquidar no mercado de curto prazo (+R\$ 25,8 milhões) motivado principalmente pela inadimplência do setor por conta das liminares, (v) redução de saldo a receber no curto prazo referente geração excedente aos contratos de venda de energia das Usinas Eólicas da Bahia por conta da liquidação financeira completa do primeiro quadriênio contratual encerrado em junho de 2016, parcialmente compensado pelas gerações excedentes do primeiro ano de segundo quadriênio contratual (-R\$ 0,6 milhão).

Tributos a recuperar

Varição positiva observada principalmente pelo aumento de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeira não utilizados para liquidação de tributos no período (+1,8 milhão), parcialmente compensado pela variação operacional dos demais tributos à recuperar (-0,1 milhão).

Almoxarifado

Redução do saldo de materiais em almoxarifado por conta de aplicação em ativos imobilizados em andamento (-R\$ 2,5 milhões).

Dividendos a receber

Em 2017 a investida PCH Passos Maia (controlada em conjunto) destinou para SKER dividendos adicionais (+R\$ 5,5 milhões), e pagou os dividendos obrigatórios de 2016 (-R\$ 1,8 milhão).

Operações Descontinuadas

A variação desta rubrica se deu por conta de ajuste ao valor justo do investimento classificado como operação descontinuada reduzindo seu valor (-R\$ 3,0 milhões). Como a redução foi

superior ao seu valor justo registrado no ativo da companhia em 2016, este valor foi classificado no passivo, na rubrica de “provisão para perda em investimentos”.

Ativo circulante total

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2017, o saldo de “Ativo circulante total” atingiu R\$ 298 milhões, apresentando aumento de 30% em comparação a 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 228 milhões.

NÃO CIRCULANTE

Aplicação financeira restrita

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de “Aplicação financeira restrita” atingiu R\$ 42,9 milhões, redução de 52% em comparação com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 91,1 milhões. A redução é decorrente do resgate de aplicação no valor de R\$ 48,3 milhões, vinculada ao pagamento do processo de arbitragem da BBE.

Partes relacionadas

Redução de R\$ 1,6 milhão motivada principalmente pela constituição de provisão para perda de saldo de mútuo com partes relacionada.

Investimentos ao valor justo

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de “Investimentos não controlados ao valor justo” atingiu R\$ 63,4 milhões, representando redução de 20,2% em comparação com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 79,5 milhões. A redução deu-se em função de redução de capital ocorrida pela investida Ceran, no 2º semestre de 2016, e reavaliação do valor justo dos investimentos das Usinas Hidrelétricas Ceran e Dona Francisca, por conta de premissas mercadológicas e macro econômicas.

Repactuação do risco hidrológico

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de atingiu R\$ 5,7 milhões, frente ao saldo de R\$ 8,5 milhões em 31 de dezembro de 2016. A variação é da apropriação de ativo regulatório decorrente da adesão à repactuação dos riscos hidrológicos.

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de “Investimentos” atingiu R\$ 20,6 milhões, representando redução de 2,4% em comparação com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 28,7 milhões. A redução deu-se por (i) resultado da controlada em conjunto PCH Passos Maia atribuíveis a Statkraft (-R\$ 2,6 milhões) e (ii) dividendos destinados no período pela mesma investida (-R\$ 5,5 milhões).

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de “Imobilizado” atingiu R\$ 926,7 milhões, representando redução de 4,7% em comparação com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 972,3 milhões. A redução deu-se, essencialmente, por conta do (i) volume de depreciação incorrida em 2017 no valor R\$ -56,5 milhões, (ii) adições realizadas em 2017 no valor de R\$ 18,7 milhões, (iii) da capitalização de custos de desmobilização de R\$ 9,7 milhões, (iv) de provisão para perda por redução no valor recuperável no valor de R\$ 12,7 milhões e (v) baixas de R\$ -4,4 milhões.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de “Intangível” atingiu R\$ 52,4 milhões, representando aumento de 2,4% em comparação com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 95,3 milhões. O aumento deu-se por conta da (i) adição de intangível no montante de R\$ 6,2 milhões, parcialmente compensada pela (ii) amortização de UBP (Uso do Bem Público) e outros (-R\$ 5,0 milhões).

Total do ativo não circulante

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2017, o saldo de “Total do ativo não circulante” atingiu R\$ 1.289,1 milhões, apresentando redução de 9,1% em comparação a 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 1.171,9 milhões.

Total do ativo

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2017, o saldo de “Total do ativo” atingiu R\$ 1.470,2 milhões, em linha com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 1.517,5 milhões.

• PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 DE DEZEMBRO DE 2017 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Passivo e patrimônio líquido	dez/17	AV	dez/16	AV	AH
Circulante					
Fornecedores	102.573	6,98%	45.643	3,01%	124,73%
Financiamentos	34.804	2,37%	44.370	2,92%	-21,56%
Partes relacionadas	53.331	3,63%	1.629	0,11%	3173,85%
Concessões a pagar	8.655	0,59%	8.107	0,53%	6,76%
Salários e encargos sociais	7.082	0,48%	3.918	0,26%	80,76%
Tributos a recolher	7.775	0,53%	9.996	0,66%	-22,22%
Imposto de renda e contribuição social	5.301	0,36%	36.664	2,42%	-85,54%
Dividendos a pagar	1.996	0,14%	1	0,00%	199500,00%
Outros passivos	11.231	0,76%	23.609	1,56%	-52,43%
	232.748	15,83%	173.937	11,46%	33,81%
Não circulante					
Financiamentos	348.897	23,73%	429.498	28,30%	-18,77%
Concessões a pagar	64.153	4,36%	66.012	4,35%	-2,82%
Provisão para perda em investimentos	903	0,06%	-	0,00%	#DIV/0!
Imposto de renda e contribuição social	855	0,06%	652	0,04%	100,00%
Tributos a recolher	1.013	0,07%	773	0,05%	31,05%
Provisão para remoção de imobilizado	9.758	0,66%	-	0,00%	#DIV/0!
Provisão para contingências	23.307	1,59%	64.482	4,25%	-63,86%
Outros passivos	9.193	0,63%	10.146	0,67%	-9,39%
	458.079	31,16%	571.563	37,66%	-19,86%
Patrimônio líquido					
Capital social	711.365	48,38%	880.312	58,01%	-19,19%
Reserva de lucro	21.316	1,45%	-	0,00%	#DIV/0!
Reserva legal	420	0,03%	-	0,00%	#DIV/0!
Ajuste de avaliação patrimonial	46.289	3,15%	45.301	2,99%	2,18%
Prejuízos acumulados	0	0,00%	-153.616	-10,12%	-100,00%
	779.390	53,01%	771.997	50,87%	0,96%
Participação dos não controladores	7	0,00%	7	0,00%	0,00%
Total do patrimônio líquido	779.397	53,01%	772.004	50,87%	0,96%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.470.224	100,00%	1.517.504	100,00%	-3,12%

CIRCULANTE

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de “Fornecedores” atingiu R\$ 102,6 milhões, apresentando aumento de 124,7% em comparação com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 45,6 milhões. A variação observada dá-se por conta, principalmente, dos saldos a pagar referente às liquidações no Mercado de Curto Prazo que estão protegidas por liminares.

Financiamentos (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de “Financiamentos” atingiu R\$ 383,7 milhões, apresentando redução de 19,0% em comparação com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 473,9 milhões. A variação observada dá-se por conta, principalmente, das amortizações realizadas no período.

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de “Partes Relacionadas” atingiu R\$ 53,3 milhões, apresentando aumento em comparação com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 1,6 milhão. A variação observada dá-se por conta, principalmente, da constituição de mútuo a pagar para a Statkraft Investimentos Ltda.

Tributos a recolher (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de “Tributos a Recolher” atingiu R\$ 8,8 milhões, apresentando redução de 49,9% em comparação com 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 10,8 milhões. A redução deu-se, principalmente, em função da (i) tributos recolhidos pelas nas Eólicas por conta de liquidação financeira do saldo de energia após encerramento do quadriênio (-R\$ 6,3 milhões) e (ii) reconhecimento de saldo a pagar por conta dos resultados positivos de mercado de curto prazo ainda não liquidados, e variações operacionais dos tributos a recolher na controladora (-R\$ 3,3 milhões).

Imposto de renda e contribuição social

Redução expressiva motivada principalmente por dois eventos, sendo (i) liquidação dos tributos correntes sobre o lucro tributável de 2016 da subsidiária UHE Monel (-R\$ 8,3 milhões), e (ii) liquidação de tributos correntes de exercícios anteriores das Eólicas da Bahia (-R\$ 23 milhões).

Dividendos a pagar

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de dividendos a pagar é de R\$ 1.996 mil, resultado da destinação de dividendo mínimo obrigatório a pagar sobre o lucro líquido do exercício de 2017.

Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de “Outros passivos” atingiu R\$ 20,4 milhões, apresentando aumento de 39,5% em comparação com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 33,7 milhões. A redução deu-se, principalmente, (i) pela reversão de saldos de Licenças Ambientais, que tiveram seu tratamento contábil alterado em 2017, representando uma reversão de saldo de

passivo de (-R\$ 7,3 milhões), e (ii) pela variação operacional de outras naturezas diversas (-R\$ 6,0 milhões).

Total do passivo circulante

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2017 o saldo da conta “Total do passivo circulante” atingiu R\$ 232,8 milhões, apresentando um aumento de 33,8% em comparação com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 173,9 milhões.

NÃO CIRCULANTE

Provisão para remoção de imobilizado

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de “Provisão para remoção do imobilizado” atingiu R\$ 9,8 milhões. O montante representa a estimativa à valor presente da Companhia de futuros gastos para remoção dos ativos imobilizados dos locais de operação após o término das autorizações nos parques eólicos.

Total do passivo não circulante

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2017 o saldo da conta “Total do passivo não circulante” atingiu R\$ 458,1 milhões, apresentando uma redução de 19,9% em comparação com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 571,6 milhões.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2017 o patrimônio líquido da Companhia representava R\$ 779,4 milhões, sendo o aumento de 0,9% na comparação com 31 de dezembro de 2016, quando representou R\$ 772,0 milhões, alavancado por força da (i) constituição de reserva de lucros no valor de R\$ 21.316 mil, (ii) constituição de reserva legal, no montante de R\$ 420 mil, (iii) além do aumento de R\$ 988 mil no valor do ajuste de avaliação patrimonial, referente ao valor justo de investimentos em entidades não controladas.

Total do passivo e patrimônio líquido

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2017, o saldo de “Total do passivo e patrimônio líquido” atingiu R\$ 1.470,2 milhões, em linha com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 1.517,5 milhões.

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

	2017	2016	AH
Receita operacional	310.808	275.164	12,95%
Custo do fornecimento de energia elétrica	(169.656)	(102.788)	65,05%
Custo dos serviços prestados	(13.414)	(5.072)	164,47%
	(183.070)	(107.860)	69,73%
Lucro bruto	127.738	167.304	-23,65%
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	(46.403)	(51.664)	-10,18%
Outras despesas	(56.139)	(63.307)	-11,32%
Equivalência patrimonial	(2.590)	7.714	-133,58%
Dividendos auferidos	14.305	1.561	816,40%
	(90.827)	(105.696)	-14,07%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	36.911	61.608	-40,09%
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	(58.050)	(69.949)	-17,01%
Receitas financeiras	23.278	26.820	-13,21%
	(34.772)	(43.129)	-19,38%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.139	18.479	-88,42%
Imposto de renda e contribuição social	9.289	(31.968)	-129,06%
Resultado proveniente de operações em continuidade	11.428	(13.489)	-184,72%
Operações descontinuadas			
Prejuízo proveniente das operações descontinuadas	(3.027)	(2.055)	47,30%
Prejuízo líquido do período	8.401	(15.544)	-154,05%
Atribuível aos:			
Acionistas da Controladora	8.401	(15.393)	-154,58%
Participação de não controladores	-	(151)	-100,00%
	8.401	(15.544)	-154,05%

Receita operacional líquida

Em 2017 a receita operacional líquida total somou R\$ 310,8 milhões, 12,9% maior do que a receita líquida apurada em 2016, quando o valor foi de R\$ 275,2 milhões. Tal variação justifica-se, principalmente, pelo (i) aumento na receita de venda de energia por conta da correção dos contratos de venda (PPA), (ii) maior receita decorrente do Mercado de Curto Prazo (“MCP” – envolve MRE, com efeitos do GSF e/ou secundária) e (iii) menor receita com serviços compartilhados com empresas do grupo Statkraft.

Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	2016	2017	Var %
Receita Líquida Total	275.164	310.808	12,9
Fornecimento de energia	269.509	307.301	14,0
- Venda de energia	235.383	246.365	4,7
- Excedente (déficit) líquido de geração Eólicas	14.414	17.433	20,9
- Efeito MCP	19.712	43.503	120,7
Outros serviços	5.655	3.507	-38,0

Receita líquida de fornecimento de energia elétrica – venda de energia

O aumento de R\$ 11,0 milhões em 2017, equivalente a 4,7% comparado a 2016, é decorrente da correção dos contratos de venda de energia por IPCA.

Receita líquida de fornecimento de energia elétrica – excedente líquido de geração eólicas

O aumento de R\$ 3,0 milhões em 2017, comparado a 2016, é fruto da maior geração no parque eólico da Bahia. Ressalta-se que o 1T16 foi impactado pela indisponibilidade do parque em função de paradas não programadas para manutenção, bem como, o baixo regime de ventos no período. A Companhia já recebeu parte das indenizações da seguradora e continua trabalhando na regulação, junto à seguradora, dos eventos que acarretaram a redução da receita no 1T16, com o objetivo de sua recuperação financeira.

Receita líquida de fornecimento de energia elétrica – efeito MCP

Em 2017 o Brasil enfrentou a maior crise hidrológica já registrada, e como consequência, o nível de água atingido pelos reservatórios foi tão baixo quanto os registrados em 2014, ano em que a possibilidade de ocorrência de racionamento foi considerada no Brasil.

Como consequência, os geradores foram expostos aos índices de GSF mais altos da história, atingindo uma média de 60% entre julho e novembro.

Assim, a variação da receita na comparação com 3T16 e 9M16 reflete o atual cenário hidrológico e a estratégia de sazonalização da Companhia, aliado ao suporte especializado da comercializadora de energia pertencente ao grupo Statkraft, que aporta seu conhecimento e expertise na gestão do portfólio de energia da Companhia.

Iniciativas como estratégia de sazonalização, análise de participação ao MRE, para as usinas elegíveis, e adesão à repactuação do risco hidrológico (MP 688) foram adotadas como medida de redução da exposição da Companhia aos riscos de GSF/MRE.

Ressaltamos que o resultado líquido do efeito do MCP é conjunto com a linha de “Compra de Energia”, classificada no custo da energia vendida (abaixo demonstrada).

A deficiência da geração hidrelétrica do sistema brasileiro elevou significativamente os pagamentos dos geradores hidrelétricos pela redução do GSF. Esse fato fez com que geradoras participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entrassem com liminares para suspensão dos pagamentos desta natureza. Por conta destas liminares as controladas UHE Monel e PCH Moinho, e a controlada em conjunto PCH Passos Maia estão protegidas do efeito controverso do MRE, até que tal matéria seja julgada.

Receita líquida de outros serviços

O valor de R\$ 3,5 milhões é decorrente do compartilhamento de serviços com empresas do grupo Statkraft. A variação na comparação com o ano anterior dá-se em função o menor volume de serviços prestados às partes relacionadas.

Custos operacionais

Em 2017 os custos operacionais somaram R\$ 183,1 milhões, representando aumento de R\$ 75,2 milhões, equivalente a 69,7% na comparação com o ano de 2016, quando o valor foi de R\$ 107,9 milhões.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são apresentados na tabela abaixo:

Custo Operacionais (R\$ mil)	2016	2017	Var %
Custo Total	107.860	183.070	69,7
Custo do fornecimento de energia elétrica	102.788	169.656	65,1
- Depreciação e amortização	56.092	58.951	5,1
- Encargos setoriais	10.287	10.221	-0,6
- Custo com compra de energia elétrica	12.422	88.384	611,5
- Seguro regulatório	3.389	3.613	6,6
- Outros custos de fornecimento de energia elétrica	20.588	8.487	-58,8
Custo dos serviços prestados	5.072	13.414	164,5
- Outros serviços	5.072	13.414	164,5

Depreciação e amortização

A variação de 5,1% do custo com depreciação, na comparação entre os exercícios de 2017 e 2016, é decorrente da reavaliação da vida útil estimada dos ativos da Companhia. A cada emissão de demonstração financeira o grupo avalia se há indícios de mudanças da vida útil de seus ativos e, a cada três anos, é realizada uma revisão formal das estimativas, mesmo que não existam tais indicativos. Em setembro de 2017 a equipe técnica realizou mudança na estimativa de vida útil técnica dos ativos. Até então a vida útil contábil era considerada a definida pelo Manual de Ativos Fixos da ANEEL, limitado pelo período das concessões e/ou autorizações.

Na reavaliação efetuada em 2017 foram reconhecidos custos de desmobilização (usinas eólicas), além das alterações das estimativas de vida útil que segundo avaliação da equipe técnica serão depreciadas em período menor do que o estimado anteriormente.

Encargos setoriais

A redução de 0,6%% observada em 2017, na comparação com o ano de 2016, é decorrente da perda do desconto de TUST – Taxa de Uso do Sistema de Transmissão no 1T16, fruto da injeção de energia gerada superior ao limite contratado pelas usinas do Complexo Eólico da Bahia no 1T16. Esse efeito de redução compensou o aumento gerado pela atualização da tarifa incidente no tocante ao mesmo encargo.

Custo com compra de energia elétrica

O cenário brasileiro de geração hidrelétrica em 2017 exigiu atenção aos efeitos que afetam significativamente os pagamentos dos geradores hidrelétricos em relação ao GSF, conforme mencionado no item “Receita Líquida de Fornecimento de Energia Elétrica – Efeito MCP.

Iniciativas como estratégia de sazonalização, análise de participação ao MRE, para as usinas elegíveis, e adesão à repactuação do risco hidrológico (MP 688) foram adotadas como medida de redução da exposição da Companhia aos riscos de GSF/MRE.

No ano de 2017, o valor gasto com compra de energia elétrica somou R\$ 88,4 milhões, comparado ao valor de R\$ 12,4 milhões em 2016. Este aumento dá-se em função dos fatores acima mencionados.

Seguro regulatório

Amortização do ativo regulatório decorrente da adesão a MP 688 a qual trata da repactuação do risco hidrológico. A variação no ano de 2017, na comparação com 2016, dá-se pela correção monetária dos valores amortizados.

Outros custos de fornecimento de energia elétrica

A redução observada em 2017 nesta rubrica, quando comparada a 2016, deve-se à descontinuação das atividades da subsidiária Enex O&M, que até então prestava serviços de Operação e Manutenção para as demais subsidiárias do grupo Statkraft no Brasil.

A partir de 2017, com a descontinuação das atividades da Enex O&M, as atividades de Operação e Manutenção passaram a ser desenvolvidas por funcionários da *holding*, bem como funcionários localizados nas próprias plantas da Statkraft no Brasil.

Como consequência destas ações, o custo anteriormente apresentado sob esta rubrica passou a ser classificado na rubrica abaixo (Outros serviços). Quando consideradas as duas rubricas observamos uma redução de 14,7% em 2017. Essa redução deve-se a alteração de prática contábil que, a partir deste ano, passa a apresentar os com a prestação de serviços para empresas do grupo econômico líquidos dos reembolsos obtidos através das práticas de compartilhamento de custos da Companhia, com efeito de R\$ 7,5 milhões. Este efeito foi parcialmente compensado por aumentos de custos decorrentes de adaptações realizadas no modelo de Operação e Manutenção da Statkraft no Brasil.

Outros serviços

O aumento observado na rubrica “Outros Serviços” é decorrente dos fatores descritos acima.

Despesas (receitas) gerais

Em 2017 as despesas gerais somaram R\$ 102,5 milhões, representando redução de R\$ 12,4 milhões na comparação com 2016, equivalentes a 10,8%.

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

Despesas Gerais (R\$ mil)	2016	2017	Var %
Despesas Totais	114.971	102.542	-10,8
- Gerais e Administrativas totais	47.194	46.403	-1,7
- Gerais e administrativas	36.034	33.186	-7,9
- Remuneração dos administradores	5.535	6.792	22,7
- Encargos setoriais	3.819	3.043	-20,3
- Com estudos em desenvolvimento	1.806	329	-81,8
- Perda em outros ativos	-	3.053	-
- Outros resultados operacionais	67.777	56.139	-17,2

Despesas gerais e administrativas

Em 2017 as despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 33,2 milhões, representando redução de R\$ 2,8 milhões, equivalente a 7,9%, na comparação com 2016, quando atingiram R\$ 36,0 milhões. A redução deu-se, essencialmente, em função do menor nível de serviços recebidos da Controladora Norueguesa.

Remuneração dos administradores

O aumento observado em 2017, quando comparado a 2016, deu-se pelo aumento no número de administradores da Companhia entre os períodos comparados. Em 2016 os diretores expatriados passaram a ser remunerados diretamente pela Companhia no mês de março, de modo que o primeiro bimestre de 2016 não apresenta esta despesa.

Despesas com estudos em desenvolvimento

Em 2017 a Companhia não incorreu em gastos externos significativos com estudos para projetos em desenvolvimento, motivo pelo qual é demonstrada uma redução no nível de despesas sob esta rubrica.

Encargos setoriais

Referente à taxa de uso dos recursos hídricos incidente sobre a UHE Monjolinho e sua variação, entre os períodos analisados, está em linha com a variação da geração de energia realizada, sendo a redução parcialmente compensada pelo aumento da TAR utilizada para cálculo do encargo (+9,5%).

Outros resultados operacionais

A linha de Outros Resultados Operacionais somou R\$ 56,1 milhões em 2017, apresentando redução de R\$ 11,7 milhões em relação a 2016, quando somou R\$ 67,8 milhões.

Contribuíram para a redução (i) a menor perda por *impairment* sobre ativos operacionais (R\$ 31,4 milhões), (ii) menor perda em ativos financeiros e outros valores recuperáveis (R\$ 19,0 milhões). Por outro lado, a redução foi parcialmente compensada por (iii) condenação judicial relativa a ações da Companhia (efeito legado – R\$ 52,6 milhões) e (iv) reversão de provisões para contingências (R\$ 10 milhões).

Resultado financeiro

Em 2017 o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 34,8 milhões, redução de R\$ 8,4 milhões, equivalente a 19,4%, na comparação com 2016, quando o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 43,1 milhões.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2016	2017	Var %
Receitas financeiras	26.820	23.278	-13,2
- Com aplicações financeiras (i)	23.745	19.769	-16,7
- Variação monetária ativa	51	646	1166,7
- Receita de atualização de contrato de energia (ii)	-	1.754	-
- Outras receitas financeiras	3.024	1.109	-63,4
Despesas financeiras	(69.949)	(58.050)	-17,0
- Com financiamentos (iv)	(41.455)	(36.578)	-11,8
- Comissão de fiança e garantias	(528)	(325)	-38,4
- IOF, multa e juros sobre tributos (v)	(818)	(2.454)	200,0
- Variação monetária passiva (vi)	(52)	(229)	340,4
- Concessões a pagar e outras despesas	(11.255)	(5.986)	-46,8
- Juros sobre contrato de mútuo (vii)	-	(11.168)	-
- Provisão para perda ao valor recuperável de ativos financeiros (viii)	-	(2.101)	-
- Outras despesas financeiras (ix)	(15.841)	791	-105,0
Resultado Financeiro	(43.129)	(34.772)	-19,4

Receitas financeiras

Em 2017 as receitas financeiras atingiram R\$ 23,3 milhões, apresentando redução de R\$ 3,5 milhões, equivalente a 13,2% na comparação com 2016, quando atingiram R\$ 26,8 milhões. Tal variação é decorrente principalmente (i) da redução do rendimento com aplicações financeiras, em função da redução dos indexadores das aplicações (CDI), parcialmente compensado pelo (ii) aumento na correção dos recebíveis referente à receita das eólicas da Bahia.

Despesas financeiras

Em 2017 as despesas financeiras atingiram R\$ 58,0 milhões, apresentando redução de R\$ 11,9 milhões, equivalente a 17,0% na comparação com 2016, quando atingiram R\$ 69,9 milhões. Tal variação é decorrente: (iv) da redução da capitalização de juros por conta do menor endividamento; (v) aumento na despesas com juros e multas sobre tributos pagos; (vi) maior

atualização monetária passiva, (vii) juros incorridos em contrato de mútuo, (viii) provisão pra perda ao valor recuperável de ativos financeiros e (ix) reversão de multa e juros sobre passivos fiscais, em função da adesão ao REFIS.

Resultado de participações societárias

Em 2017 o resultado de participações societárias representou de R\$ 11,7 milhões, em comparação a um ganho de R\$ 9,3 milhões apurado em 2016.

Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

Resultado de participações societárias (R\$ mil)	2016	2017	Var %
- Equivalência patrimonial	7.714	(2.590)	-133,6
- Dividendos auferidos	1.561	14.305	816,4
Resultado de participações	9.275	11.715	26,3

Equivalência patrimonial

O resultado da participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto é composto pelo resultado da subsidiária Passos Maia Energética S.A. (50%), que apresentou variação negativa devido à variação do resultado da subsidiária em 2017, quando comparado com 2016. Este resultado é decorrente dos efeitos do cenário hidrológico que levaram à necessidade de compra de energia no MRE.

Imposto de renda e contribuição social

A Statkraft, assim como as suas controladas ENEX e Monjolinho optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

Em 2017 o imposto de renda e a contribuição social somaram saldo positivo de R\$ 9,3 milhões, compostos por IRPJ e CSLL no valor de R\$ (11,9) milhões e por IR e CS diferidos no valor de R\$ 21,2 milhões.

A variação positiva no IR e CS diferidos deve-se ao fato de que em 31 de março de 2017 as subsidiárias Macaúbas, Novo Horizonte e Seabra Energética S.A. optaram pelo REFIS conforme Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.687 de 2017, para liquidação de contingências fiscais reconhecidas em 2016. Conforme regra estabelecida para participação deste programa as subsidiárias liquidaram R\$ 4,9 milhões das contingências fiscais com recursos próprios, e R\$ 19,6 milhões com crédito tributário advindo dos prejuízos fiscais de sua controladora – Statkraft Energias Renováveis S/A.

Operações descontinuadas

Em 2017 as operações descontinuadas somaram prejuízo de R\$ 3,0 milhões, representando o resultado da subsidiária Enex.

O Grupo Statkraft realizou a cessão dos contratos da ENEX a terceiros, a fim de que as atividades de operação e manutenção passem a ser realizadas exclusivamente para as usinas deste Grupo Econômico. Desta forma, após firmado contrato de venda, o fechamento da operação se deu em duas etapas, sendo a primeira em 25 de janeiro e a segunda em 13 de fevereiro de 2017, datas nas quais a ENEX fez: (i) transferência de contratos de O&M firmados com terceiros; (ii) a transferência de empregados da Sociedade para a cessionária; e (iii) a venda dos bens e equipamentos alocados nas usinas para prestação de serviços a terceiros, passando a ENEX a não deter mais qualquer relação comercial com terceiros.

Participação de não controladores

Em 2016 a participação de não controladores foi de R\$ (151) mil, representando a participação de não controladores na subsidiária Energen Energias Renováveis S.A.

Lucro (prejuízo) líquido do período

Em 2017 foi registrado resultado líquido de R\$ 8,4 milhões, enquanto que no ano de 2016 apuramos prejuízo de R\$ 15,4, em linha com os efeitos mencionados anteriormente, com destaque para os efeitos de contingências, além do impacto do risco hidrológico nas operações da Companhia.

Por entender que o resultado nos períodos apresentados foi impactado substancialmente por efeitos contábeis não recorrentes, que não fazem parte das atividades de operação da Statkraft Energias Renováveis, a Companhia divulga o **Lucro (Prejuízo) Líquido Gerencial**, que exclui os efeitos não recorrentes apurados no resultado da Companhia e que não possuem relação com suas operações. Em 2017 o lucro gerencial apurado foi de R\$ 56,5 milhões, apresentando variação negativa em relação ao ano de 2016 em função do risco hidrológico e os efeitos decorrentes do Mercado de Curto Prazo (MCP).

Conciliação Lucro Líquido IFRS x Lucro Líquido gerencial	2016	2017
Lucro (prejuízo) líquido – IFRS	(15.544)	8.401
(+) Efeitos não recorrentes	92.508	48.074
<i>Impairment</i> controladas	44.103	12.754
Contingências fiscais	33.600	-
Ajuste ao valor justo propriedades para investimentos	7.933	-
Condenação judicial (BBE)	-	38.600
Juros sobre contrato de mútuo	-	11.168
Provisão perda ativos financeiros	6.872	5.152
Utilização de prejuízos fiscais (REFIS)	-	(19.600)
Lucro (prejuízo) líquido - Gerencial	76.964	56.475

EBITDA e margem EBITDA – conforme Instrução CVM 527

O EBITDA alcançou R\$ 109,2 milhões em 2017, apresentando uma redução de 38,6% em relação ao ano de 2016, quando alcançou R\$ 177,9 milhões, em função dos efeitos apresentados anteriormente. A margem EBITDA apresentou redução de 29,5 p.p. na comparação entre os períodos, passando de 64,6% para 35,1% da receita operacional líquida em 2017 e 2016.

EBITDA (R\$ mil)	2016	2017	Var %
Lucro (prejuízo) líquido do período	(15.544)	8.401	154,0
(+) Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	31.968	(9.289)	-129,1
(+) Despesas financeiras líquidas	43.129	34.772	-19,4
(+) Depreciação, amortização e <i>impairments</i>	116.279	72.332	-37,8
(+) Operação descontinuada	2.055	3.027	47,3
EBITDA – ICVM nº 527	177.887	109.243	-38,6
(+) Efeitos não recorrentes	4.700	43.752	-
EBITDA – Ajustado	182.587	152.995	-16,2
Receita Líquida	275.164	310.808	12,9
Margem EBITDA	64,6%	35,1%	-29,5 p.p.
Margem EBITDA Ajustada	66,3%	49,2%	-17,1 p.p.

A Administração da Companhia entende que o acompanhamento do EBITDA e da margem EBITDA, é uma das métricas adequadas para análise do desempenho da Companhia, pois, ao excluir despesa financeira e depreciação de seus resultados, permitem a comparação da Companhia com outras empresas do mesmo setor de atuação.

• ATIVO - 31 DE DEZEMBRO DE 2016 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Ativo	dez/16	AV	dez/15	AV	AH
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	140.761	9,28%	79.905	5,27%	76,16%
Contas a receber	65.627	4,32%	39.329	2,59%	66,87%
Dividendos a receber	1.832	0,12%	2.192	0,14%	-16,42%
Tributos a recuperar	3.929	0,26%	5.079	0,33%	-22,64%
Almoarifado	4.842	0,32%	1.970	0,13%	145,79%
Repactuação de risco hidrológico a apropriar	3.630	0,24%	4.428	0,29%	-18,02%
Operações Descontinuadas	2.123	0,14%	0	0,00%	-
Outros ativos	5.607	0,37%	7.135	0,47%	-21,42%
	228.351	15,05%	140.038	9,23%	63,06%
Não circulante					
Aplicação financeira restrita	91.123	6,00%	82.356	5,43%	10,65%
Partes relacionadas	8.028	0,53%	9.846	0,65%	-18,46%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.733	0,77%	9.084	0,60%	29,16%
Investimentos não controlados ao valor justo	79.462	5,24%	61.330	4,04%	29,56%
Tributos a recuperar	0	0,00%	270	0,02%	-100,00%
Repactuação de risco hidrológico a apropriar	4.889	0,32%	7.776	0,51%	-
Contas a receber	22.179	1,46%	30.784	2,03%	-27,95%
Outros ativos	3.372	0,22%	178	0,01%	1794,38%
	220.786	14,55%	201.624	13,29%	9,50%
Investimentos	28.692	1,89%	29.387	1,94%	-2,36%
Imobilizado	972.307	64,07%	1.025.744	67,60%	-5,21%
Intangível	51.191	3,37%	95.268	6,28%	-46,27%
Propriedades para investimentos	16.177	1,07%	25.250	1,66%	-35,93%
	1.068.367	70,40%	1.175.649	77,48%	-9,13%
Total do ativo	1.517.504	100,00%	1.517.311	100,00%	0,01%

CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa

As movimentações que contribuíram para o aumento foram: (i) geração de caixa proveniente das operações no valor de R\$ 156,2 milhões e (ii) recebimentos de dividendos da Passos Maia (R\$ 8,8 milhões), Ceran (R\$ 0,9 milhão) e Dona Francisca (R\$ 0,4 milhões).

Por outro lado, as movimentações que contribuíram para a redução foram: (i) pagamento de juros sobre financiamentos no valor de R\$ 38,3 milhões, (ii) pagamento de principal sobre financiamentos no valor de R\$ 41,2 milhões; (iii) pagamento de tributos sobre o resultado no valor de R\$ 2,9 milhões, (iv) pagamento de tributos residuais no montante de R\$ 17,2 milhões e (v) investimentos realizados no valor de R\$ 6,0 milhões.

Contas a receber

O aumento observado é decorrente principalmente (i) aumento do saldo a receber de serviços prestados a partes relacionados pela controladora (+R\$ 1,5 milhão), (ii) saldo a receber de liquidações do mercado de curto prazo pelas usinas do Proinfa referentes a 2015 e 2016 (+R\$ 12,7 milhões), (iii) incremento de saldos na UHE Monel na PCH Moinho referente a saldo a liquidar no mercado de curto prazo (+R\$ 5,2 milhões), (iv) reclassificação de saldo de geração excedente ao contratado nas Usinas Eólicas da Bahia (+R\$ 12,7 milhões), parcialmente compensado pela (v) desconsolidação da empresa Enex.

Dividendos a receber

Redução pelo recebimento dos dividendos em 2016, compensado pela constituição de dividendos a receber referente ao exercício de 2016.

Outros ativos

Variação decorrente, essencialmente, da (i) realização do ativo regulatório das usinas do Proinfa (-R\$ 2,7 milhões) e (ii) aumento no saldo de adiantamento a fornecedores (+R\$ 1,5 milhão).

Ativo circulante total

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2016, o saldo de “Ativo circulante total” atingiu R\$ 228 milhões, apresentando aumento de 63% em comparação a 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 140 milhões.

NÃO CIRCULANTE

Aplicação financeira restrita

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo de “Aplicação financeira restrita” atingiu R\$ 91,1 milhões, aumento de 11% em comparação com 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 82,3 milhões. O aumento é decorrente do rendimento de aplicação constituída, no valor de R\$ 38,3 milhões, referente ao recebimento da Jackson Empreendimentos S.A, relacionada à contingência civil do processo de arbitragem da BBE, derivado do fechamento da operação de troca do controle da Companhia.

Impostos de renda e contribuição social diferidos – ativo e passivo

Aumento de R\$ 2,6 milhões decorrente da constituição de impostos diferidos sobre as diferenças temporárias entre critérios contábeis e fiscais.

Investimentos ao valor justo

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo de “Investimentos não controlados ao valor justo” atingiu R\$ 79,5 milhões, representando aumento de 29,6% em comparação com 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 61,3 milhões. A redução deu-se em função de a Companhia ter efetuado, no 2º trimestre de 2015, reavaliação do valor justo dos investimentos das Usinas Hidrelétricas Ceran e Dona Francisca, por conta de premissas mercadológicas e macro econômicas.

Repactuação do risco hidrológico a apropriar

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo de atingiu R\$ 8,5 milhões, frente ao saldo de R\$ 12,2 milhões em 31 de dezembro de 2015. A variação é da apropriação de ativo regulatório decorrente da adesão à repactuação dos riscos hidrológicos.

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo de “Investimentos” atingiu R\$ 28,7, representando redução de 2,4% em comparação com 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 29,4 milhões. A redução deu-se por (i) resultado da coligada PCH Passos Maia atribuíveis a Statkraft (+R\$ 7,7 milhões), compensado por (ii) dividendos destinados no período pela mesma PCH Passos Maia (-R\$ 8,4 milhões).

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo de “Imobilizado” atingiu R\$ 972,3 milhões, representando redução de 5,2% em comparação com 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 1.025,7 milhões. A redução deu-se, essencialmente, por conta do (i) volume de depreciação incorrida em 2016 no valor R\$ 51,0 milhões, (ii) adições realizadas em 2016 no valor de R\$ 6,0 milhões, (iii) de provisão para perda por redução no valor recuperável no valor de R\$ 6,4 milhões e (iv) reclassificação do imobilizado de Enx para operações descontinuadas no valor de R\$ 1,7 milhão.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo de “Intangível” atingiu R\$ 51,2 milhões, representando redução de 46,3% em comparação com 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 95,3 milhões. A redução deu-se por conta da (i) redução ao valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura (-R\$ 37,7 milhões), (ii) amortização do ágio e UBP (Uso do Bem Público) e outros (-R\$ 6,1 milhões).

Total do ativo não circulante

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2016, o saldo de “Total do ativo não circulante” atingiu R\$ 220,8 milhões, apresentando aumento de 9,5% em comparação a 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 201,6 milhões.

Total do ativo

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2016, o saldo de “Total do ativo” atingiu R\$ 1.517,5 milhões, em linha com 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 1.517,3 milhões.

• PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 DE DEZEMBRO DE 2016 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Passivo e patrimônio líquido	dez/16	AV	dez/15	AV	AH
Circulante					
Fornecedores	9.730	0,64%	9.446	0,62%	3,01%
Financiamentos	44.370	2,92%	42.736	2,82%	3,82%
Partes relacionadas	1.629	0,11%	616	0,04%	164,45%
Concessões a pagar	8.107	0,53%	7.370	0,49%	10,00%
Salários e encargos sociais	3.918	0,26%	6.565	0,43%	-40,32%
Tributos a recolher	9.996	0,66%	19.924	1,31%	-49,83%
Imposto de renda e contribuição social	36.664	2,42%	2.756	0,18%	1230,33%
Dividendos propostos	1	0,00%	47	0,00%	-97,87%
Outros passivos	59.522	3,92%	52.280	3,45%	13,85%
	173.937	11,46%	141.740	9,34%	22,72%
Não circulante					
Financiamentos	429.498	28,30%	469.544	30,95%	-8,53%
Concessões a pagar	66.012	4,35%	62.941	4,15%	4,88%
Imposto de renda e contribuição social	652	0,04%	948	0,06%	100,00%
Tributos a recolher	773	0,05%	1.124	0,07%	-31,23%
Provisão para contingências	64.482	4,25%	53.327	3,51%	20,92%
Outros Passivos	10.146	0,67%	16.005	1,05%	-36,61%
	571.563	37,66%	603.889	39,80%	-5,35%
Total do passivo	745.500	49,13%	745.629	49,14%	-0,02%
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora					
Capital social	880.312	58,01%	880.312	58,02%	0,00%
Mudança na participação relativa	-3.612	-0,24%	0	0,00%	#DIV/0!
Ajuste de avaliação patrimonial	45.301	2,99%	29.435	1,94%	53,90%
Prejuízos acumulados	-150.004	-9,88%	-134.611	-8,87%	11,44%
	771.997	50,87%	775.136	51,09%	-0,40%
Participação dos não controladores	7	0,00%	-3.454	-0,23%	-100,20%
Total do patrimônio líquido	772.004	50,87%	771.682	50,86%	0,04%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.517.504	100,00%	1.517.311	100,00%	0,01%

CIRCULANTE

Financiamentos (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de “Financiamentos” atingiu R\$ 473,9 milhões, apresentando redução de 7,5% em comparação com 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 512,3 milhões. A variação observada dá-se por conta, principalmente, das amortizações realizadas no período.

Tributos a recolher

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de “Tributos a Recolher” atingiu R\$ 10,0 milhões, apresentando redução de 49,9% em comparação com 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 19,9 milhões. A redução deu-se, principalmente, em função da (i) liquidação de obrigações com IOF (-R\$ 17,2 milhões), parcialmente compensada por (ii) despesa de IOF do ano (+R\$ 2,3 milhões), por (iii) tributos reconhecidos nas Eólicas da Bahia para extinção de riscos fiscais referentes a operações de anos anteriores (+R\$ 6,5 milhões) e (iv) sazonalização dos contratos de venda de energia (-R\$ 0,8 milhão).

Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de “Outros passivos” atingiu R\$ 59,5 milhões, apresentando aumento de 13,8% em comparação com 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 52,3 milhões. O aumento deu-se, essencialmente, pelo aumento de saldos a liquidar no mercado de curto prazo.

Total do passivo circulante

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2016 o saldo da conta “Total do passivo circulante” atingiu R\$ 173,3 milhões, apresentando uma redução de 22,7% em comparação com 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 141,7 milhões.

NÃO CIRCULANTE

Contingências

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de “Contingências” atingiu R\$ 64,5 milhões, apresentando aumento de 21,0% milhões em comparação com 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 53,3 milhões. O aumento desta linha deu-se pela constituição de contingências cíveis, trabalhistas e fiscais.

Total do passivo não circulante

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2016 o saldo da conta “Total do passivo não circulante” atingiu R\$ 571,6 milhões, apresentando uma redução de 5,3% em comparação com 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 603,9 milhões.

Total do passivo

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2016 o saldo da conta “Total do passivo” atingiu R\$ 745,5 milhões, em linha na comparação com 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 745,6 milhões.

Patrimônio líquido atribuído aos acionistas

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de “Patrimônio líquido atribuído aos acionistas” foi de R\$ 772,9 milhões, apresentando uma redução de 0,4% em comparação com 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 775,1 milhões. A redução deve-se ao prejuízo apurado no ano de 2016.

Total do passivo e patrimônio líquido

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2016 o saldo da conta “Total do passivo e patrimônio líquido” atingiu R\$ 1.517,5 milhões, em linha com o saldo apresentado em 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 1.517,3 milhões.

• **COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015.**

	2016	2015	AH
Receita operacional	275.164	242.513	13,46%
Custo do fornecimento de energia elétrica	(102.788)	(88.458)	16,20%
Custo dos serviços prestados	(5.072)	(446)	1037,22%
	(107.860)	(88.904)	21,32%
Lucro bruto	167.304	153.609	8,92%
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	(50.897)	(52.409)	-2,89%
Outros resultados operacionais	(63.307)	124	-51154,03%
Provisão para perdas em investimentos	-	(1.217)	-100,00%
	(114.204)	(53.502)	113,46%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	53.100	100.107	-46,96%
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	(69.949)	(162.274)	-56,89%
Receitas financeiras	26.820	38.164	-29,72%
	(43.129)	(124.110)	-65,25%
Resultado de participações societárias			
Participação nos lucros de coligadas	7.714	9.094	-15,17%
Dividendos auferidos	1.561	2.343	-33,38%
Ganho (perda) na alienação de investimentos	-	(18.371)	100,00%
Amortização de ágio	(767)	(1.150)	-33,30%
	8.508	(8.084)	-205,24%
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	18.479	(32.087)	-157,59%
Imposto de renda e contribuição social	(31.968)	(24.828)	28,76%
Prejuízo do período proveniente de operações em continuidade	(13.489)	(56.915)	-76,30%
Operações descontinuadas			
Prejuízo proveniente das operações descontinuadas	(2.055)	(6.855)	-70,02%
Prejuízo líquido do período	(15.544)	(63.770)	-75,62%
Atribuível aos:			
Acionistas da Controladora	(15.393)	(60.402)	-74,52%
Participação de não controladores	(151)	(3.368)	-95,52%
	(15.544)	(63.770)	-75,62%
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações			
De operações continuadas	(0,10844)	(0,39704)	-72,69%
De operações descontinuadas		(0,04782)	-100,00%
	(0,10844)	(0,44486)	-75,62%

Receita operacional líquida

Em 2016 a receita operacional líquida total somou R\$ 275,2 milhões, 13,5% acima da receita líquida apurada em 2015, quando o valor foi de R\$ 242,5 milhões. Tal variação justifica-se, principalmente, pelo (i) aumento por correção da receita pela inflação, (ii) melhora do efeito do Mercado de Curto Prazo (“MCP” – envolve MRE, com efeitos do GSF e/ou secundária) e (iii) maior receita com serviços compartilhados com empresas do grupo Statkraft.

Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	2015	2016	Var %
Receita Líquida Total	242.513	275.164	13,5
Fornecimento de energia	241.486	269.509	11,6
- Venda de energia	219.974	235.383	7,0
- Excedente (déficit) líquido de geração Eólicas	13.935	14.414	3,4
- Efeito MCP	7.577	19.712	160,2
Outros serviços	1.027	5.655	450,6

Receita líquida de fornecimento de energia elétrica – venda de energia

O aumento de R\$ 15,4 milhões em 2016, equivalente a 7,0% comparado ao ano anterior, é decorrente do reajuste contratual do preço médio da energia comercializada das subsidiárias. Esse aumento foi parcialmente mitigado pela alteração do regime tributário da Monjolinho, de lucro presumido para lucro real, contribuindo para o aumento das deduções de PIS e Cofins.

Receita líquida de fornecimento de energia elétrica – excedente líquido de geração eólicas

O aumento de R\$ 0,5 milhão em 2016, comparado ao ano anterior, é fruto da maior geração no parque eólico da Bahia, todavia parcialmente compensada por déficit na geração do parque eólico de Barra dos Coqueiros, compensado pelo menor regime de ventos e indisponibilidade dos parques eólicos, conforme comentado no item Geração e Disponibilidade.

Receita líquida de fornecimento de energia elétrica – efeito GSF/MRE

O cenário brasileiro de geração hidrelétrica em 2016, apesar da menor criticidade em relação a 2014 e 2015, permanece exigindo atenção dos efeitos que afetam significativamente os pagamentos dos geradores hidrelétricos em relação ao GSF.

Assim, a variação da receita na comparação com o ano de 2016 reflete o atual cenário hidrológico e a estratégia de sazonalização da Companhia, aliado ao suporte especializado da comercializadora de energia pertencente ao grupo Statkraft, que aporta seu conhecimento e expertise na gestão do portfólio de energia da Companhia.

Iniciativas como estratégia de sazonalização, análise de participação ao MRE, para as usinas elegíveis, e adesão à repactuação do risco hidrológico (MP 688) foram adotadas como medida de redução da exposição da Companhia aos riscos de GSF/MRE.

RECEITA LÍQUIDA DE OUTROS SERVIÇOS

O aumento de R\$ 4,6 milhões em 2016, comparados ao ano de 2015, é decorrente do compartilhamento de serviços com empresas do grupo Statkraft.

CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Em 2016 o custo dos serviços prestados somou R\$ 107,9 milhões representando aumento de R\$ 19,0 milhões, equivalente a 21,3% na comparação com os mesmos períodos de 2015.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são apresentados na tabela abaixo:

Custo dos Serviços Prestados (R\$ mil)	2015	2016	Var %
Custo Total	88.904	107.860	21,3
Custo do fornecimento de energia elétrica	88.458	102.788	16,2
- Depreciação e amortização	57.619	56.092	-2,7
- Encargos setoriais	10.480	10.287	-1,8
- Custo com compra de energia elétrica	1.065	12.422	1066,4
- Seguro regulatório	3.072	3.399	10,6
- Outros custos de fornecimento de energia elétrica	16.222	20.588	26,9
Custo dos serviços prestados	446	5.072	1037,2
- Outros serviços	446	5.072	1037,2

Encargos setoriais

A redução de 1,8% observada em 2016, na comparação com 2015, é decorrente de provisão, no 3T15, para perda do desconto de TUST – Taxa do Uso do Sistema de Transmissão, por conta da injeção de energia gerada superior ao limite contratado pelas usinas do Complexo Eólico da Bahia.

Custo com compra de energia elétrica

Valores apurados em 2016 referem-se à provisão para compra de energia no mercado de curto prazo, aliado ao fato de que, a partir de janeiro 2016, passamos a apurar esse valor na linha de custo.

Seguro regulatório

Amortização do ativo regulatório decorrente da adesão a MP 688 a qual trata da repactuação do risco hidrológico. A variação no ano de 2016, comparada a 2015, dá-se pela correção monetária dos valores amortizados.

Outros custos de fornecimento de energia elétrica

O aumento observado no ano de 2016, quando comparado a 2015, é decorrente dos gastos ocorridos com materiais e serviços relacionados ao plano de remediação da Usina Barra dos Coqueiros, bem como manutenções ocorridas no parque eólico da Bahia.

Outros serviços

O custo com outros serviços é composto principalmente por gastos com a operação da Statkraft, decorrente das atividades de gestão dos empreendimentos em operação, além do desenvolvimento de projetos. O aumento apresentado em 2016, quando comparado ao ano anterior, deve-se ao compartilhamento de serviços para empresas do grupo Statkraft no Brasil e na América do Sul, em linha com o aumento da receita.

DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS

Em 2016 as despesas gerais somaram R\$ 114,2 milhões, representando aumento de R\$ 61,8 milhões na comparação com 2015.

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

Despesas Gerais (R\$ mil)	2015	2016	Var %
Despesas (Receitas) Totais	53.502	114.203	117,9
- Gerais e Administrativas totais	52.409	50.896	-2,9
- Gerais e administrativas	14.967	33.056	120,9
- Remuneração dos administradores	3.846	5.535	43,9
- Encargos setoriais	3.852	3.819	-0,9
- Com estudos em desenvolvimento	18.584	1.806	-90,3
- Provisão para perda em contrato de energia	690	667	-3,3
- Provisão para contingências	10.470	6.013	-42,6
- Provisão para perda em investimentos	1.217	-	-100,0
- Outros resultados operacionais	-124	63.307	-

Despesas gerais e administrativas

Em 2016 as despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 33,1 milhões, apresentando um aumento de 120,9% em comparação a 2015, quando atingiram R\$ 15,0 milhões. O aumento dá-se por (i) despesas temporárias com o projeto de integração, pós-alteração do controle acionário, que visam reforçar as capacidades organizacionais da Companhia, (ii) honorários advocatícios, (iii) gastos com pessoal, parcialmente compensados pelo aumento da receita com serviços para empresas do grupo, e (iv) despesas de serviços compartilhados com a controladora norueguesa (Statkraft AS).

Honorários da administração

Em 2016 o aumento de 43,9% na comparação com o mesmo período de 2015, deu-se pelo aumento da remuneração média.

Despesas com estudos em desenvolvimento

No 3T15 a Companhia adequou sua metodologia, reclassificando contabilmente R\$ 16,4 milhões de custos de desenvolvimento de alguns projetos anteriormente contabilizados no ativo intangível. Tal medida considerou as etapas de desenvolvimento de tais projetos e encontram-se em consonância com o IFRS/CPC, não representando provisão para perda, uma vez que os projetos continuam no portfolio de desenvolvimento da Companhia. Ao desconsiderar este efeito não recorrente, a despesa apurada em 2015 foi de R\$ 2 milhões, em linha com os gastos em 2016, cujos valores contemplam gastos com os projetos em desenvolvimento da Companhia.

Encargos setoriais

Referente à taxa de uso dos recursos hídricos incidente sobre a UHE Monjolinho e sua variação, entre os períodos analisados, está em linha com a variação da geração de energia realizada, sendo a redução parcialmente compensada pelo aumento da TAR utilizada para cálculo do encargo (+9,5%).

Provisão para perda em contrato de energia

Provisão para penalidade de Barra dos Coqueiros pelo déficit de geração de energia, conforme previsto em contrato.

Provisão para contingências

No 3T16 e 4T16 foi constituída provisão para contingências cíveis e trabalhistas, atendendo os critérios do IFRS/CPC.

A redução de 42,6% em 2016, quando o montante apurado foi de R\$ 6,0 milhões, na comparação com 2015, quando o montante apurado foi de R\$ 10,5 milhões, deve-se à constituição de provisão, no 2T15, para contingências relacionadas à venda dos ativos de Transmissão ocorrida na ocasião.

Provisão para perda em investimentos

Em 2015 a Companhia registrou provisão para perda em investimentos relacionados aos projetos da UHE Cubatão e Enercasa.

Outros resultados operacionais

No 3T16 a Companhia realizou, de acordo com os critérios do IFRS/CPC, teste de *impairment* sobre seus saldos de investimentos em controladas e coligadas. Como resultado desta avaliação foi reconhecido no resultado o montante de R\$ 44,1 milhões a título de perda nos investimentos.

No 4T16 a Companhia realizou provisão para perda de ativos financeiros recebíveis (R\$ 6,9 milhões). Ainda no 4T16, a Companhia realizou provisão para ajuste ao valor justo de propriedades mantidas para investimentos, no montante de R\$ 7,9 milhões.

RESULTADO FINANCEIRO

Em 2016 o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 43,1 milhões, redução de R\$ 81,0 milhões, equivalente a 65,2%, na comparação com o ano de 2015, quando o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 124,1 milhões. Tal variação é explicada principalmente pela redução da variação cambial passiva e despesas com financiamentos, ambos decorrentes do pagamento antecipado de financiamentos da Holding e da subsidiária Energen, ocorridas no segundo semestre de 2015.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2015	2016	Var %
Receitas Financeiras	38.164	26.820	-29,7
- Com aplicações financeiras (i)	12.314	23.745	92,8
- Variações monetárias e cambiais ativas (ii)	17.853	51	-99,7
- Outras receitas financeiras (iii)	7.997	3.024	-62,2
Despesas Financeiras	(162.274)	(69.949)	-56,9
- Com financiamentos (iv)	(62.609)	(41.455)	-33,8
- Comissão de fiança e garantias (v)	(2.207)	(528)	-76,1
- IOF, multa e juros sobre tributos (vi)	(6.479)	(818)	-87,4
- Variações monetárias e cambiais passivas (vii)	(64.928)	(52)	-99,9
- Concessões a pagar e outras despesas	(9.018)	(11.255)	24,8
- Outras despesas financeiras (viii)	(17.033)	(15.841)	-7,0
Resultado Financeiro	(124.110)	(43.129)	-65,2

Receitas financeiras

Em 2016 as receitas financeiras atingiram R\$ 26,8 milhões, apresentando redução de R\$ 11,3 milhões, equivalente a 29,7% na comparação com o ano de 2015, quando atingiram R\$ 38,2 milhões. Tal variação é decorrente principalmente (i) do aumento do rendimento com aplicações financeiras, em função da maior disponibilidade de recursos, (ii) da redução de variações cambiais ativas sobre empréstimo tomado em dólar pela subsidiária Energen (pago em 2015) e (iii) reconhecimento no 3T15 de recebíveis por conta da transação de transferência do controle acionário.

Despesas financeiras

Em 2016 as despesas financeiras atingiram R\$ 70,0 milhões, apresentando redução de R\$ 92,3 milhões, equivalente a 56,9% na comparação com o ano de 2015, quando atingiram R\$ 162,3 milhões. Tal variação é decorrente: (iv) da redução da capitalização de juros por conta do menor endividamento, parcialmente compensada pelo aumento da TJLP; (v) da redução das despesas com cartas de fiança bancária, no valor de R\$ 1,7 milhão, principalmente em função da retirada das fianças contratadas nos financiamentos tomados pela Companhia, bem como fianças corporativas com controladores; (vi) redução das despesas com IOF, por conta da capitalização realizada na subsidiária Energen; (vii) fim da exposição da Companhia à variação cambial da subsidiária Energen referente ao empréstimo tomado em dólar junto ao China Development Bank (CDB) e que foi liquidado em setembro de 2015 e (viii) pela redução em outras despesas financeiras pelo reconhecimento, em 2015, de provisões relacionadas à venda de ativos de transmissão.

Resultados de participações societárias

Em 2016 o resultado de participações societárias representou ganho de R\$ 8,5 milhões, em comparação com uma perda de R\$ 8,1 milhões apurado em 2015.

Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

Resultado de participações societárias (R\$ mil)	2015	2016	Var %
- Participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto	9.094	7.714	-15,2
- Dividendos recebidos	2.343	1.561	-33,4
- Perda na alienação de investimentos	(18.371)	-	-100
- Amortização de ágio	(1.150)	(767)	-33,3
Resultado de participações	(8.084)	8.508	-205,2

Participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto

O resultado da participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto é composto pelo resultado da subsidiária Passos Maia Energética S.A. (50%), que apresentou variação positiva de R\$ 1,3 milhão devido à variação no de 2016, quando comparado com 2015.

Dividendos recebidos

Composto por dividendos recebidos referentes à participação societária minoritária mantida no Complexo Eólico Rio das Antas – CERAN (5%) e Dona Francisca (2,12%).

Perda na alienação de investimentos

No ano de 2015 a despesa contemplou, principalmente, provisão para: (i) baixa dos dividendos reconhecidos nos ativos de Transmissão no valor de R\$ 10,6 milhões, por força de venda dos ativos; (ii) perda entre valor de venda e valor contábil dos ativos de transmissão de R\$ 4,7 milhões; (iii) perda pela baixa do investimento realizado na subsidiária Enercasa no valor de R\$ 2,9 milhões, por força da transferência do seu controle; (iv) perda pela baixa de investimento realizado na UHE Cubatão, no valor de R\$ 894 mil.

Imposto de renda e contribuição social

A Statkraft, assim como as suas controladas ENEX e Monjolinho optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

Em 2016 o imposto de renda e contribuição social somaram R\$ 32,0 milhões, compostos por despesas de IRPJ e CSLL no valor de R\$ 37,8 milhões e por IR e CS diferidos no valor de R\$ (5,9) milhões.

Importante observar que a subsidiária Monjolinho, nos termos da Lei 12.814/2013 ultrapassou o limite superior dos R\$ 78 milhões, dessa forma, teve seu regime tributário alterado a partir de Janeiro de 2016 para Lucro Real.

Operações descontinuadas

Em 2015 as operações descontinuadas somaram R\$ (6,9) milhões, representando o resultado da Enercasa R\$ (6,7) milhões, cujo controle foi transferido para o FIP Cevix em 13 de julho de 2015, e Enex, cuja decisão de desinvestimento foi tomada em 2016.

Em 2016 as operações descontinuadas somaram R\$ (2,1) milhões, representando o resultado da subsidiária Enex.

Participação de não controladores

Em 2016 a participação de não controladores foi de R\$ (151) mil, representando a participação de não controladores na subsidiária Energen Energias Renováveis S.A.

Lucro (prejuízo) líquido do período

Em 2016 foi registrado prejuízo de R\$ (15,5) milhões, enquanto que em 2015 apuramos prejuízo de R\$ (63,8) milhões, em linha com os efeitos mencionados anteriormente, com destaque para a redução nas despesas financeiras da Companhia em função dos importantes eventos de liquidez ocorridos em 2015.

Por entender que o resultado nos períodos apresentados foi impactado substancialmente por efeitos contábeis não recorrentes, que não fazem parte das atividades de operação da Statkraft Energias Renováveis, a Companhia passa a divulgar o **Lucro (Prejuízo) Líquido Gerencial**, que exclui os efeitos não recorrentes apurados no resultado da Companhia e que não possuem relação com suas operações. Em 2016 o lucro gerencial apurado foi de R\$ 77,0 milhões, em linha com os efeitos apresentados anteriormente e apurando os ganhos operacionais ocorridos em 2015 e 2016.

Conciliação Lucro Líquido IFRS x Lucro Líquido gerencial	2015	2016
Lucro (prejuízo) líquido – IFRS	(63.770)	(15.544)
(+) Efeitos não recorrentes	72.971	92.508
<i>Impairment</i> controladas	-	44.103
Contingências fiscais	-	33.600
Provisão perda ativos financeiros	-	6.872
Ajuste ao valor justo propriedades para investimentos	-	7.933
Perda alienação de investimentos	18.371	-
Estudos em desenvolvimento	16.200	-
Baixa de tributos diferidos	38.400	-
Lucro (prejuízo) líquido - Gerencial	9.201	76.964

10.2 Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita é composta preponderantemente pela venda da energia elétrica gerada por meio de nossos empreendimentos em operação. A previsibilidade da receita é assegurada por meio dos contratos de longo prazo firmados em ambiente regulado, protegendo nossos resultados das oscilações do mercado de curto prazo.

ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

- ***Impairment (ajuste ao valor recuperável) em investimentos***

Em atendimento às normas internacionais de contabilidade, a SKER realiza teste anual de *impairment* sobre seus ativos. Em 2017 a Companhia realizou o teste de *impairment* sobre seus investimentos. Para cada UGC (Unidade Geradora de Caixa) com valor relevante de ágio, foram consideradas como premissas-chave aplicadas para cálculo, do valor em uso a estimativa de geração para os períodos futuros, as previsões de custos operacionais, dispêndio anual para aquisição de imobilizado e a taxa de desconto pertinente.

A perda por *impairment* deu-se para a UGC Energen e tem como base os seguintes indicativos: (i) produção abaixo da estimada pela Administração e (ii) redução da vida útil do ativo imobilizado. Desta forma realizou-se o reconhecimento da perda por *impairment* no ativo imobilizado desta investida, no montante de R\$ 12,7 milhões.

- ***Condenação judicial***

A Companhia foi impactada, no 2T17, por execução judicial ocorrida no mês de junho de 2017. Os efeitos foram reconhecidos no resultado da Companhia, sendo o efeito negativo de R\$ 38,6 milhões, impactando significativamente o resultado desta em 2017.

- ***Adesão ao programa de refinanciamento tributário (REFIS)***

A variação positiva no IR e CS diferidos deve-se ao fato de que em 31 de março de 2017 as subsidiárias Macaúbas, Novo Horizonte e Seabra Energética S.A. optaram pelo REFIS conforme Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.687 de 2017, para liquidação de contingências fiscais reconhecidas em 2016. Conforme regra estabelecida para participação deste programa as subsidiárias liquidaram R\$ 4,9 milhões das contingências fiscais com recursos próprios, e R\$ 19,6 milhões com crédito tributário advindo dos prejuízos fiscais de sua controladora – Statkraft Energias Renováveis S.A.

- **Provisão para perda de ativos financeiros**

Em 2017 a Companhia realizou provisão para perda de ativos financeiros recebíveis (R\$ 5,1 milhões).

- **Revisão da vida útil dos ativos imobilizados**

A cada emissão de demonstração financeira o grupo avalia se há indícios de mudanças da vida útil de seus ativos e, a cada três anos, é realizada uma revisão formal das estimativas, mesmo que não existam tais indicativos. Em setembro de 2017 a equipe técnica realizou mudança na estimativa da vida útil técnica dos ativos. Até então a vida útil contábil era considerada a definida pelo Manual de Ativos Fixos da ANEEL, limitado pelo período das concessões e/ou autorizações.

Na reavaliação efetuada em 2017 foram reconhecidos custos de desmobilização (usinas eólicas), além das alterações das estimativas de vida útil que segundo avaliação da equipe técnica serão depreciadas em período menor do que o estimado anteriormente.

- **Efeito risco hidrológico e mercado de curto prazo**

Em 2017 o Brasil enfrentou a maior crise hidrológica já registrada, e como consequência, o nível de água atingido pelos reservatórios foi tão baixo quanto os registrados em 2014, ano em que a possibilidade de ocorrência de racionamento foi considerada no Brasil.

Como consequência, os geradores foram expostos aos índices de GSF mais altos da história, atingindo uma medida de 60% entre julho e novembro.

Iniciativas como estratégia de sazonalização, análise de participação ao MRE, para as usinas elegíveis, e adesão à repactuação do risco hidrológico (MP 688) foram adotadas como medida de redução da exposição da Companhia aos riscos de GSF/MRE.

A deficiência da geração hidrelétrica do sistema brasileiro elevou significativamente os pagamentos dos geradores hidrelétricos pela redução do GSF. Esse fato fez com que geradoras participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entrassem com liminares para suspensão dos pagamentos desta natureza. Por conta destas liminares as controladas UHE Monel e PCH Moinho, e a controlada em conjunto PCH Passos Maia estão protegidas do efeito controverso do MRE, até que tal matéria seja julgada.

- b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Nossa receita decorre preponderantemente da venda de energia negociada por meio de CCVE no ACR. Tais contratos são corrigidos pelo IPCA ou pelo IGP-M. Eventual variação nestes índices podem em tese afetar nossas receitas.

Até o presente momento não identificamos nenhuma variação relevante em nossas receitas que possam ser atribuídas a variações de preço ou inflação. Ainda, não introduzimos nenhum novo produto ou serviço e nem tampouco estamos expostos a variações nas taxas de câmbio.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

No caso de nossos Empreendimentos em Operação, o aumento da inflação acarreta em um aumento nas receitas derivado da correção de nossos CCVEs e, ao mesmo tempo, um aumento de nossos custos derivado da correção do preço a eles atribuído.

Nosso endividamento bancário está atrelado à TJLP, no caso dos empreendimentos com financiamento junto ao BNDES ou taxa fixa, no caso dos empreendimentos com financiamento junto ao BNB.

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não possuímos segmento operacional distinto daqueles que operamos atualmente, sendo Geração de Energia, através de fontes eólicas e hídricas, bem como prestação de serviços de Operação e Manutenção.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

- **Energen Energias Renováveis S.A.** - Em 21 de janeiro de 2011 a Companhia e a JP Participações Ltda. assinaram contrato de compra e venda de ações da Energen Energias Renováveis S.A., empresa que possui autorização do Ministério de Minas e Energia para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL - Barras dos Coqueiros, localizada no município de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe. Após a celebração do contrato, a Companhia passou a deter 88,33% das ações da Energen, sendo o restante pertencente à acionista Água Quente Participações Ltda.. Em 10 de maio de 2011, a ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa no 2.880/2011, anuiu a transferência do controle da Energen Energias Renováveis S.A. Considerando o estágio atual do projeto e que, sob a ótica contábil, o projeto não constituiu um negócio, a transação foi tratada como aquisição de ativos e passivos.

No dia 21 de agosto de 2012 a Companhia aumentou sua participação no capital da Energen Energias Renováveis S.A. em 6,67%, passando de 88,33% para 95%.

No dia 05 de agosto de 2016 a SKER aumentou sua participação no capital social da controladora Energen em R\$ 177,8 milhões, passando sua participação de 95% para 99,99%. O aumento de capital foi realizado mediante a capitalização de crédito de igual valor devido pela acionista SKER contra a subsidiária Energen. A AGE do dia 13 de outubro de 2016 autorizou o aumento de capital no valor de R\$ 6,4 milhões com direito de preferência a Acionista Statkraft, que subscreveu e integralizou a totalidade no dia 16 de novembro de 2016.

- **Statkraft Investimentos Ltda (anterior SN Power)** - No dia 12 de agosto de 2011, nossos Acionistas Controladores diretos e indiretos, celebraram com a Statkraft Norfund Power Invest AS,

um Contrato de Compra e Venda, para alienação de participação acionária na Desenvix à SN Power e aporte de capital novo pela última, após o cumprimento de algumas condições precedentes. No dia 08 de março de 2012, após o cumprimento de todas as condições precedentes, a SN Power passou a integrar definitivamente o corpo de acionistas da Companhia. Com a finalização da operação de Compra e Venda a Companhia passou a ser controlada pela: Jackson Empreendimentos Ltda, empresa holding do Grupo Engevix, de forma indireta pelo FIP Cevix, com 40,65% do capital social total e votante, SN Power com 40,65% do capital social total e votante, e FUNCEF – Fundação dos Economistas Federais com 18,70% do capital social total e votante.

Em razão de alteração no controle acionário do Grupo SN POWER (Joint-Venture das empresas norueguesas Statkraft AS e Norfund AS), ocorrida no mês de junho de 2014, a partir de 18 de junho de 2014, a SN Power Brasil Investimentos Ltda. alterou sua denominação social para Statkraft Investimentos Ltda., mantendo os mesmos números do CNPJ e Municipal.

Em dezembro de 2014 a Statkraft Investimentos Ltda aumentou sua participação no capital da Companhia adquirindo ações do FIP Cevix, que passou a apresentar a seguinte posição acionária Jackson Empreendimentos Ltda, empresa holding do Grupo Engevix, de forma indireta pelo FIP Cevix, com 36,84% do capital social total e votante, Statkraft Investimentos Ltda com 44,47% do capital social total e votante, e FUNCEF – Fundação dos Economistas Federais com 18,7% do capital social total e votante.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2015, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, através da emissão de 6.118.955 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. A participação no capital social da Companhia passou a ser a seguinte: Jackson – 35,01%; Statkraft Investimentos Ltda– 46,30% e FUNCEF - 18,69%.

Em 13 de Julho de 2015 a Companhia divulgou ao mercado o Fato Relevante, confirmando a conclusão da operação de alteração de controle acionário em que a Statkraft Investimentos Ltda adquiriu a totalidade das ações detidas pelo grupo Jackson na Companhia. Mediante a conclusão desta operação, a Statkraft Investimentos Ltda agora detém 81,31% do capital total da Companhia e FUNCEF (Fundação dos Economistas Federais) manteve sua participação em 18,69% do capital total.

- **Enercasa** – Através da operação de consolidação do controle da Companhia, finalizado em 13 de Julho de 2015, foi transferido do controle da Enercasa Energia Caiuá S.A., detentora da Usina Termelétrica Enercasa, para o Grupo Jackson através do fundo Caixa FIP Cevix.

- **Fundo de Investimentos e Participações em infraestrutura Energias Renováveis** - Por força do Contrato de Compra e Venda, Subscrição de Ações e Outras Avenças firmado com a SN Power, em 18 e fevereiro de 2014, a Companhia vendeu sua participação no Fundo de Investimentos e Participações em infraestrutura Energias Renováveis, denominado simplesmente “FIP IE ER”, no qual detia participação de 6,25%.

- **Goiás Transmissão S.A. (25,5%) e MGE Transmissão S.A. (25,5%)** – em 21 de agosto de 2015 a Companhia divulgou através de fato relevante a conclusão da operação de venda de sua participação nos ativos de transmissão para a Empresa de Energia de Bogotá S.A. E.S.P.

10.4 Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras publicadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não apresentam alterações significativas nas práticas contábeis.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As demonstrações financeiras publicadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não apresentando alterações significativas nas práticas contábeis.

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o relatório dos auditores independentes possui parágrafo de ênfase que chama a atenção para a Nota 1.1 às demonstrações financeiras, que descreve que: (i) em 2015, o Grupo Statkraft adquiriu o controle da Companhia e suas controladas de outra empresa brasileira, a qual, por sua vez, é citada em determinados processos investigativos conduzidos pelas autoridades federais e, nesse contexto, como parte do processo de integração, iniciou uma investigação interna relacionada à Companhia, cujo resultado foi disponibilizado às autoridades responsáveis durante o exercício de 2016; (ii) com relação ao Procedimento de Investigação Criminal (“Operação Greenfield – caso FIP CEVIX”), conduzido pelo Ministério Público Federal e Polícia Federal em Brasília/DF, foi reconhecida, em 2017, a inexistência de qualquer relação dos fatos investigados com a Companhia, sobre a qual não existe nenhum processo, restrição ou medida desfavorável até o presente momento; e (ii) a Companhia, dentre outras pessoas físicas e jurídicas relacionadas a fundos de participação detidos pela FUNCEF e outros fundos de pensão, foi arrolada como parte em uma ação civil pública ajuizada pela Associação Independente dos Participantes da FUNCEF – ANIPA. Conforme mencionado na nota explicativa nº 29, o objetivo dessa ação é reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por alegada má administração dos recursos pela FUNCEF e, atualmente, vem sendo classificada com avaliação de risco possível. Em relação aos assuntos mencionados, neste momento, não é possível estimar potenciais efeitos financeiros negativos para a Companhia. As demonstrações financeiras não incluem nenhuma provisão relacionada aos possíveis desdobramentos decorrentes desses assuntos. A opinião da auditoria não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o parecer dos auditores independentes possui parágrafo de ênfase que chama a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve: (i) que o Grupo Statkraft adquiriu o controle da Companhia e que, como parte do processo de integração, o Grupo Statkraft iniciou uma investigação interna de determinados contratos firmados pela administração anterior; e (ii) a Companhia foi notificada no âmbito do Procedimento de Investigação Criminal por parte do Ministério Público Federal, que investiga crimes potenciais cometidos por indivíduos em relação às operações realizadas pelos quatro principais fundos de pensão do Brasil. Além disso, uma Ação de Classe foi protocolada pela Associação Independente dos Participantes da FUNCEF (ANIPA) contra o fundo de pensão, pessoas físicas e empresas, incluindo a Companhia, com base no mesmo escopo investigado no âmbito do caso FIP CEVIX. Nesta fase não é possível prever se o resultado dos casos poderá ter potenciais efeitos negativos para a Companhia. A administração está presentemente avaliando os resultados e/ou ações a tomar relacionadas às investigações e notificações. As demonstrações

financeiras não incluem qualquer provisão em virtude dos possíveis desdobramentos desses assuntos. A opinião da auditoria não está ressalvada em virtude desses assuntos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o parecer dos auditores independentes possui parágrafo de ênfase que chama a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que em 13 de julho de 2015 o Grupo Statkraft adquiriu o controle da Companhia e que, como parte do processo de integração, o Grupo Statkraft iniciou uma investigação interna de determinados contratos firmados pela administração anterior. Também o parágrafo menciona que a administração estava presentemente avaliando os resultados e/ou ações a tomar relacionados à investigação, de modo que as demonstrações financeiras não incluem qualquer provisão em virtude dos possíveis desdobramentos do assunto, não cabendo ressalva em virtude do assunto.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, as estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que utilizemos estimativas e adotemos premissas que afetam os valores divulgados dos ativos e passivos, receitas e despesas e divulgações contábeis. Portanto, para preparar as demonstrações financeiras referenciadas, utilizamos variáveis e premissas derivadas de experiências passadas e diversos outros fatores que consideramos razoáveis e pertinentes. Embora essas estimativas e premissas sejam revistas durante o curso normal dos nossos negócios, a apresentação da nossa posição financeira requer, com frequência, que avaliemos os efeitos de questões inerentemente incertas. Os resultados reais podem ser diferentes daqueles estimados usando variáveis, suposições ou condições diferentes. A Nota 2 das nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2017 contém um resumo das principais políticas contábeis usadas na preparação das demonstrações financeiras. Para explicar como avaliamos eventos futuros, incluindo as variáveis e suposições usadas nas estimativas, e a sensibilidade dessas avaliações às diferentes variáveis e condições, incluímos uma breve análise das nossas políticas de contabilidade mais importantes.

Estimativas de vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitadas ao prazo de concessão das usinas, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. A vida útil dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

A cada emissão de demonstração financeira o grupo avalia se há indícios de mudanças da vida útil de seus ativos e, a cada três anos, é realizada uma revisão formal das estimativas, mesmo que não existam tais indicativos. Em setembro de 2017 a equipe técnica realizou mudança na estimativa da vida útil técnica dos ativos. Até então a vida útil contábil era considerada a definida pelo Manual de Ativos Fixos da ANEEL, limitado pelo período das concessões e/ou autorizações.

Na reavaliação efetuada em 2017 foram reconhecidos custos de desmobilização (usinas eólicas), além das alterações das estimativas de vida útil que segundo avaliação da equipe técnica serão depreciadas em período menor do que o estimado anteriormente.

Reconhecimento e depreciação dos ativos imobilizado e intangível

Os ativos imobilizado e intangível são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou de formação sempre que há evidência de que os ativos gerarão benefícios econômicos futuros. Reconhecemos as despesas relativas à depreciação de nosso imobilizado e à amortização de nosso intangível pelo tempo que se estimativa durante o qual ocorra geração de benefícios econômicos em nosso favor. Estimativas e julgamentos são utilizados para avaliação da capacidade de geração de benefícios futuros dos ativos, assim como para determinação do período pelo qual os ativos trarão benefícios econômicos para nós. Caso sejamos requeridos a revisar as estimativas e premissas utilizadas na determinação da vida útil dos ativos, as despesas depreciação e amortização podem ser maiores e afetar nossos resultados futuros.

Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, o Grupo realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pelo Grupo.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Em 31 de dezembro de 2017, a perda por *impairment* deu-se para a UGC Energen e tem como base os seguintes indicativos: (i) produção abaixo da estimada pela Administração e (ii) redução da vida útil do ativo imobilizado. Desta forma realizou-se o reconhecimento da perda por *impairment* no ativo imobilizado desta investida, no montante de R\$ 12,7 milhões.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas "Imobilizado" e "Intangível".

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Reconhecimento de receitas

a- Venda de energia elétrica

Estas receitas são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios inerentes são transferidos para o comprador, que para este caso se refere a disponibilização da energia elétrica gerada no SIN - sistema integrado nacional. Para àquelas usinas hídricas que fazem parte do MRE – Mecanismo de Realocação de Energia – a receita é reconhecida conforme sua garantia física, independente da disponibilização de energia elétrica gerada no SIN. Contudo, caso os participantes do MRE não entreguem o volume de energia elétrica necessária para manutenção da garantia física de cada usina há a aplicação do GSF (Generation Scalling Factor), que reduz a garantia física das usinas, e por consequência suas receitas.

b-Contrato de Energia de Reserva – CER

As SPEs UEE Macaúbas, UEE Novo Horizonte e UEE Seabra firmaram em 9 de março de 2010 um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Pelo presente contrato as SPEs acima mencionadas se comprometem a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$ 149,99/MWh (R\$ 199,96 em 31/12/2015) atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA.

A SPE UEE Barra dos Coqueiros (Energen) firmou em 25 de novembro de 2010 um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Pelo presente contrato as SPEs acima mencionadas se comprometem a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$ 149,99/MWh (R\$ 217,83 em 31/12/2015) atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA.

A SPE UEE Barra dos Coqueiros (Energen) firmou em 25 de novembro de 2010 um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Pelo presente contrato, a Energen se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$ 152,50/MWh (R\$ 217,83 em 31/12/2015), atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA.

Para estes contratos é definido um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada. Caso a energia gerada seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicado o ajuste, equivalente a aplicação de 115% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia gerada seja superior a 130% da energia contratada, a Companhia receberá o equivalente a 70% do preço sobre o valor que exceder aos 130%. Em ambos os casos a compensação ocorrerá no ano subsequente em que a diferença for apurada.

Gastos com desenvolvimento de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais de aproveitamento hidrelétrico

O montante dos gastos incorridos no desenvolvimento de estudos de inventário, estudos de viabilidade e estudos ambientais do possível aproveitamento hidrelétrico, eólico, solar e outros são reconhecidos inicialmente ao custo, sendo posteriormente reduzido ao seu valor recuperável, uma vez que a sua recuperação está condicionada a aprovação dos referidos estudos e consequente realização do leilão de novos empreendimentos de geração de energia pela ANEEL, assim como, quando requerida, a obtenção pelas empresas vencedoras do leilão da licença ambiental prévia, em prazos e condições indeterminados.

Tais estudos quando da aprovação pela ANEEL para UHEs, formalizada através de Despachos ou Ofícios. Quando a Companhia tem assegurado o ressarcimento dos custos incorridos pelo vencedor do leilão de novos empreendimentos de geração de energia, nesse momento o ativo é reconhecido, em contrapartida ao resultado do exercício, desde que haja há indicações claras e objetivas, com base em fontes internas e externas, do direito de exploração ou do seu reembolso, conforme o caso.

No caso específico de PCHs e usinas eólicas, o ativo é reconhecido por ocasião da obtenção, ou quando houver evidências claras e objetivas da obtenção, da outorga, como por exemplo, estarem classificadas como prioritárias, possuindo a licença ambiental prévia, terras nas proximidades do reservatório, projeto básico aceito pela ANEEL estando em fase final de complementação, entre outros. Essas condições são analisadas, individualmente ou em conjunto, considerando fatos e circunstâncias.

Caso o ganhador seja um terceiro, os referidos gastos serão repassados / faturados consoante previsão contratual e normas da ANEEL, atualizados monetariamente desde a data de sua aprovação até a data de seu pagamento, tendo por base a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), limitada a 10% ao ano; portanto, corresponde a um ativo financeiro pelo direito contratual de receber deste terceiro.

Caso o ganhador seja uma parte relacionada (empresa controlada constituída para explorar o novo empreendimento de geração de energia), o referido gasto poderá ser faturado para a parte relacionada, ou ainda considerado como aporte de capital na, referida sociedade.

Já os gastos com pesquisa, quando incorridos previamente de qualquer anuência ANEEL ou obtenção da licença operacional, são reconhecidos diretamente como despesas no resultado.

Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

As provisões para desmobilização de ativos, recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil ou tributária), são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O Grupo é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Statkraft Energias Renováveis S.A., com base em opinião de seus assessores jurídicos, quando necessário, e nos julgamentos da Administração.

10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*):

Não possuímos conhecimento de nenhum ativo ou passivo material que não esteja evidenciado em nossas demonstrações financeiras.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da Companhia SKER, em 13 de julho de 2015, o Grupo iniciou uma investigação interna relacionada a esta subsidiária, sendo que os achados de tal investigação foram indicados às autoridades responsáveis. Neste momento não é possível estimar potenciais efeitos financeiros negativos.

Com relação ao Procedimento de Investigação Criminal No. 1.16.000.000993.2016-70 (“Operação Greenfield – caso FIP CEVIX”), conduzida pelo Ministério Público Federal e Polícia Federal em Brasília/DF foi reconhecida a inexistência de qualquer relação dos fatos investigados com Statkraft Energias Renováveis S.A., sendo este procedimento encerrado em relação a esta em 25 de agosto de 2017 conforme decisão judicial.

A Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistido da Funcef (“ANIPA”) ajuizou a ação civil pública nº 0033834-52.2016.4.01.3400 contra todas as pessoas físicas e jurídicas envolvidas na investigação criminal mencionada acima, pleiteando ressarcimento em razão da suposta má gestão dos administradores da FUNCEF, considerando os fatos narrados na

operação Greenfield. A administração concluiu que nenhuma provisão para perdas é requerida (vide nota explicativa 29, anexa às demonstrações financeiras).

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Não aplicável

b) Natureza e propósito da operação.

Não aplicável

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não aplicável

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

Nossos investimentos estão concentrados nas áreas de prospecção, desenvolvimento e implantação de empreendimentos de geração por fontes renováveis de energia elétrica.

▪ **Desenvolvimento**

Na área de desenvolvimento os recursos financeiros são destinados basicamente à elaboração de estudos de inventário, estudos de viabilidade e projetos básicos. Tais estudos e projetos incluem, dentre outros, levantamentos topográficos, estudos geológico-geotécnicos, estudos hidrológicos, medições de ventos, pesquisa de materiais de construção, estudos de conexão, etc. Ainda, alocamos nossos recursos na elaboração de EIA/RIMA, levantamentos fundiários, cadastro sócio-econômico e, no caso das PCHs e UEEs, compra de terras para implantação dos empreendimentos.

▪ **Implantação**

Durante o ano de 2017 a Companhia não realizou a implantação de nenhum empreendimento.

Os recursos necessários para a construção de nossos Empreendimentos serão oriundos principalmente (i) do aporte de capital de nossos acionistas controladores e (ii) de captação de

recursos junto à bancos através de financiamentos de longo prazo. Ainda, utilizaremos parcela dos dividendos de nossos Empreendimentos em Operação para este fim.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável

c) novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)

Não fazemos diferenciação entre pesquisas em andamento e desenvolvimento de projetos. Dessa maneira as informações referentes ao item c.i. do Anexo 24 da Instrução CVM 480 serão apresentadas em conjunto com o item c.iii. Da mesma forma, as informações referentes ao item c.ii. serão apresentadas em conjunto com o item c.iv.

c.i. e c.iii.

Nossas atividades envolvem também o constante desenvolvimento de novos projetos. Em 31 de dezembro de 2017 nosso Portfólio de Projetos era composto por 05 Projetos Prioritários em Desenvolvimento (522,3 MW próprios) e 20 Projetos em Desenvolvimento (452,7 MW próprios), totalizando 1.539,3 MW, sendo 1.005 MW próprios. Nos projetos que desenvolvemos, por vezes investimos juntamente com sócios tradicionais do setor elétrico, o que nos permite partilhar os riscos de determinados empreendimentos com parceiros altamente qualificados.

Mais detalhadamente, incluímos na categoria dos Projetos Prioritários em Desenvolvimento aqueles projetos de nosso portfólio que se encontram, no nosso entendimento, em estado mais avançado de desenvolvimento, com possibilidade de iniciarem a construção num horizonte entre 1 e 2 anos.

Os demais 20 projetos de nosso Portfólio de Projetos que não se encontram entre os Projetos Prioritários em Desenvolvimento são agrupados na categoria Projetos em Desenvolvimento, completando o total de 25 projetos de nosso Portfólio de Projetos. Para efeitos deste Formulário de Referência, um Projeto em Desenvolvimento é aquele que reúne ao menos uma das três características a seguir: (i) projeto básico protocolado na ANEEL ou em fase final de conclusão; (ii) ao menos uma das licenças ambientais emitidas; e (iii) terras adquiridas.

Para o desenvolvimento e manutenção da nossa carteira de projetos, nossos recursos financeiros são destinados basicamente à elaboração de estudos de inventário, estudos de viabilidade e projetos básicos. Tais estudos e projetos incluem, dentre outros, levantamentos topográficos, estudos geológico-geotécnicos, estudos hidrológicos, medições de ventos, pesquisa de materiais de construção, estudos de conexão, etc. Ainda, alocamos nossos recursos na elaboração de EIA/RIMA, levantamentos fundiários, cadastro sócio-econômico e, no caso das PCHs e UEEs, compra de terras para implantação dos empreendimentos. O item 9.1 (a) deste Formulário de Referência contém maiores detalhes acerca de nossa política de aquisição de terras para nossos empreendimentos.

c.ii e c.iv.

Até 31 de dezembro de 2017, investimos cerca de R\$ 110.000 mil nas atividades de prospecção e desenvolvimento de novos projetos.

10.9. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

- ANEXO II -

INFORMAÇÕES INCLUÍDAS NO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, REFERENTE À REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME ARTIGO 12 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009 E INSTRUÇÃO CVM Nº 480/2009.

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração e g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor.

▪ **Conselho de Administração:**

Nossa política de remuneração no que se refere aos membros do conselho de administração está em linha com as práticas de mercado, permitindo-nos contratar e reter profissionais qualificados para ocupar estes postos. A remuneração de nossos conselheiros é composta unicamente por uma parcela mensal fixa e foi estabelecida dentro dos padrões de mercado.

Nosso Conselho de Administração é composto por cinco membros, e respectivos suplentes. Recebe doze remunerações anuais, para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, período estimado entre as deliberações de remuneração da Assembleia de Acionistas e inclui a contribuição patronal à previdência social.

Não adotamos atualmente uma política formal de remuneração baseada no desempenho dos membros de nosso Conselho de Administração. Ainda, não adotamos qualquer benefício ou remuneração que esteja vinculada à ocorrência de determinados eventos societários.

Em caso de convocação de membro titular para participação na reunião do Conselho de Administração da Companhia, estando este impossibilitado de comparecer e em não abdicando formalmente de sua remuneração, esta será paga na proporção de 2/3 para o membro suplente e 1/3 para o membro titular, exclusivamente em relação à remuneração do mês que tenha ocorrido a(s) respectiva(s) reunião(ões).

▪ **Diretoria Estatutária:**

Nossa política de remuneração no que se refere aos nossos administradores está em linha com as práticas de mercado, permitindo-nos contratar e reter profissionais experientes e qualificados para ocupar estes postos. A remuneração de nossos administradores é somente *pro-labore*.

A Diretoria Estatutária da companhia é composta por um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e demais diretores sem denominação específica. Recebe treze remunerações anuais para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, incluída a contribuição

patronal à previdência social. Em 31 de dezembro de 2017 a Diretoria Estatutária da companhia era composta por um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e 04 diretores.

Ao final de 2017 a Companhia adotava política de remuneração variável de acordo com os padrões do Grupo Statkraft, tendo esta sido validada pelo Comitê de RH e Conselho de Administração. A política aplicável à diretoria não se diferencia daquela aplicada aos demais empregados da Companhia.

▪ **Conselho Fiscal:**

Nosso Conselho Fiscal é composto por três membros, e respectivos suplentes. Recebe doze remunerações anuais, para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, período estimado entre as deliberações de remuneração da Assembleia de Acionistas e inclui a contribuição patronal à previdência social.

▪ **Comitês**

Os membros de nossos Comitês não são remunerados.

b) composição da remuneração

i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

▪ **Salário dos administradores e honorários dos membros do Conselho de Administração:**

A remuneração mensal de nossos administradores e conselheiros tem como objetivo garantir o comprometimento com o trabalho e a satisfação com a remuneração, aliando os objetivos de cada profissional com a constante busca pelos nossos resultados.

ii) Proporção de cada elemento na remuneração total:

	Pró-Labore/Honorários	Benefícios	Total
Conselho de Administração	100%	0%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	100%
Diretoria executiva	100%	0%	100%

iii) Metodologia de cálculo e de reajuste dos elementos da remuneração:

O reajuste da remuneração da diretoria executiva e do conselho de administração é definido em Assembleia Geral.

iv) Razões que justificam a composição da remuneração:

Remunerar nossos profissionais de acordo com as responsabilidades assumidas, garantindo um pacote de remuneração atrativo e que nos permita reter e atrair profissionais qualificados para assumir nossas posições de comando.

v) Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato:

Conforme disposto no Acordo de Acionistas da Companhia, os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal indicados pela controladora Statkraft não são remunerados.

d) estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não adotamos atualmente uma política de remuneração que reflita determinados indicadores de desempenho.

e) relação entre a política ou prática de remuneração e os interesses da Companhia

Buscamos, por meio de nossa política de salários, atrair e reter profissionais qualificados, de forma a manter em nosso quadro de colaboradores profissionais comprometidos com nossa estratégia de crescimento e o nosso plano de negócios.

f) Remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não possuímos atualmente membros da diretoria ou do conselho que recebam remuneração suportada por empresas subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

2017 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	4,58	6,42	3,00	14,00
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	226.980,16	3.667.430,93	79.219,53	3.973.630,62
- Benefícios diretos e indiretos	-	1.270.988,94	-	1.270.988,94
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	45.395,14	1.175.896,81	15.843,87	1.237.135,82
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	549.896,62	-	549.896,62
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
Total da remuneração	272.375,30	6.664.213,30	95.063,40	7.031.652,00

2017 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
------------	---------------------------	---------------------	-----------------	-------

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente
 (2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

2016 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	4,75	5,25	3,00	13,00
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	290.421,95	3.363.931,11	81.992,71	3.736.345,77
- Benefícios diretos e indiretos	-	1.676.436,95	-	1.676.436,95
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	58.084,39	1.008.073,61	16.398,54	1.082.556,54
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	172.264,01	-	172.264,01
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	349.061,70	-	349.061,70
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
Total da remuneração	348.506,34	6.569.767,38	98.391,25	7.016.664,97

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente
 (2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

2015 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	6,50	5,17	3,00	14,67
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	257.599,98	1.897.499,33	93.930,87	2.249.030,18
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	51.520,00	379.499,87	18.786,17	449.806,04
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	1.443.938,35	-	1.443.938,35
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	1.147.532,40	-	1.147.532,40
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
Total da remuneração	309.119,98	4.868.469,95	112.717,04	5.290.306,97

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente
(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Não adotamos atualmente uma política formal de remuneração baseada no desempenho dos membros de nossa administração. Excepcionalmente, nos anos de 2015 a 2017, distribuímos aos nossos diretores um bônus, nos valores demonstrados abaixo, como forma de reconhecimento pela boa condução dos negócios sociais.

2017 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	4,58	6,42	3,00	14,00
Bônus	-	549.896,62	-	549.896,62
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	-	549.896,62	-	549.896,62
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

2016 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	4,75	5,25	3,00	13,00
Bônus	-	172.264,01	-	172.264,01
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	-	172.264,01	-	172.264,01
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

2015 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	6,50	5,17	3,00	14,67
Bônus	-	1.443.938,35	-	1.443.938,35
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A

2015 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Valor efetivamente reconhecido	-	1.443.938,35	-	1.443.938,35
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em Ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações. Por esta razão, todos os itens da tabela receberam a indicação N/A (Não Aplicável).

13.5. Em relação à remuneração baseadas em ações reconhecida no resultado dos 03 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações. Por esta razão, todos os itens da tabela receberam a indicação N/A (Não Aplicável).

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

13.7. Em relação às opções exercidas e Ações entregues relativas à remuneração baseada em Ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

13.8. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 (inclusive método de precificação do valor das Ações e das opções):

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

13.9. Ações ou quotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em Ações ou quotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

A Companhia não detém quotas diretas ou indiretas emitidas pela Companhia.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

	Diretoria Estatutária
	31/12/2017
Nº de membros	6
Nº de membros remunerados	6
Nome do plano	BRADESCO PREVIDENCIA
Quantidade de administradores que reúnem condições de se aposentar	-
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	95.502,41
Valor total acumulado das contribuições durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas pelos administradores	95.502,41

	Diretoria Estatutária
	31/12/2016
Nº de membros	2
Nº de membros remunerados	2
Nome do plano	BRADESCO PREVIDENCIA
Quantidade de administradores que reúnem condições de se aposentar	-
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	24.151,29
Valor total acumulado das contribuições durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas pelos administradores	34.978,58

O benefício de plano de previdência dá-se apenas aos membros de da Diretoria Estatutária, não sendo aplicado aos membros do Conselho Fiscal e Administração.

Ao final de 2015 não possuíamos um plano de previdência conferido aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários. A partir de 2016 a Companhia passou a adotar plano de previdência.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, diretoria estatutária, e ao conselho fiscal:

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Nº de membros	6,42	5,25	5,17	4,58	4,75	6,5	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	6,42	5,25	5,17	2	2	2	1	1	1
Valor da maior remuneração individual	779.467,57	886.041,06	559.420,00	114.484,11	141.744,4	128.799,99	56.017,25	44.701,44	46.965,43
Valor da menor remuneração individual	494.880,00	494.666,64	599.420,00	36.646,65	0,00	0,00	23.202,28	44.701,44	0,00
Valor médio da remuneração	622.020,46	690.353,85	599.420,00	75.660,05	141.744,4	128.799,99	39.609,77	44.701,44	46.965,43

Observações:**Diretoria Estatutária**

31/12/2017	<p>Valor da maior e menor remuneração: considera a exclusão de Diretor que não exerceu o cargo por 12 meses ao longo do ano de 2017.</p> <p>Valor médio da remuneração: considera a exclusão de Diretores que exerceram o cargo por menos de 12 meses ao longo do ano de 2017. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 4,0.</p>
31/12/2016	<p>Valor da maior e menor remuneração: considera a exclusão de Diretor que não exerceu o cargo por 12 meses ao longo do ano de 2016.</p> <p>Valor médio da remuneração: considera a exclusão de Diretores que exerceram o cargo por menos de 12 meses ao longo do ano de 2015. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 2,0.</p>
31/12/2015	<p>Valor da maior e menor remuneração: considera a exclusão de Diretor que não exerceu o cargo por 12 meses ao longo do ano de 2015.</p> <p>Valor médio da remuneração: considera a exclusão de Diretores que exerceram o cargo por menos de 12 meses ao longo do ano de 2015. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 1,0.</p>

Conselho de Administração

31/12/2017	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano. Apenas 2 membros não renunciaram da sua remuneração.</p> <p>Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 2, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2017.</p>
31/12/2016	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano. Apenas 2 membros não renunciaram da sua remuneração.</p> <p>Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 1, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2016.</p>
31/12/2015	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano. Apenas 2 membros não renunciaram da sua remuneração.</p> <p>Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 2, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2015.</p>

Conselho Fiscal

31/12/2016	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano.</p> <p>Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 1, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2017.</p>
31/12/2016	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração.</p> <p>Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 1, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2016.</p>
31/12/2015	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração.</p> <p>Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 2, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2015.</p>

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia):

Não possuímos arranjos contratuais, apólices de seguro ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Órgão	dez/16	dez/15	dez/14
Diretoria Estatutária	0	0	0
Conselho de Administração	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0

13.14. Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Órgão	dez/16	dez/15	dez/14
Diretoria Estatutária	0	0	0
Conselho de Administração	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0
TOTAL	0	0	0

13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não possuímos valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas, como remuneração de membros do conselho de administração, do conselho fiscal e da diretoria estatutária.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Para o período compreendido entre 1 de maio de 2018 até 30 de abril de 2019, prazo estimado entre as AGOs, o montante global da remuneração dos administradores, compreendendo o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários (excluído Programa de Bônus), é de R\$ 5.116.142,56, com base no ajuste máximo de 5%. Os valores totais incluem as contribuições propostas para o INSS pago pelo empregador e reconhecidas no resultado, pagamento do 13º salário em dezembro.

Maio 2018 a abril 2019 Previsto (3) (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	2	7	1	9,00
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	309.362,39	3.910.718,8	80.862,61	4.300.943,80
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	61.872,48	782.143,76	16.172,52	860.188,76
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	-	-	-
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
Total da remuneração	371.234,87	4.692.862,56	97.035,13	5.161.132,56

- (1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente
(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.
(3) Os valores previstos para o período foram estimados com base nas informações atualmente disponíveis, estando sujeitos a alterações.

- ANEXO III -

INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO INCLUÍDAS NOS ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME INSTRUÇÃO CVM Nº 480/2009.
CANDIDATOS INDICADOS PELOS ACIONISTAS CONTROLADORES
12.5 Administradores e membros do conselho fiscal:
12.5.2 Membros do Conselho de Administração

A Assembleia deliberou pela eleição ou recondução dos Membros de Administração.

a) Nome	b) Data de Nascimento	c) Profissão	d) CPF / Passaporte	e) Cargo	f) Data possível de eleição	g) Data possível da posse	h) Prazo do Mandato	i) Outros cargos exercidos	j) Eleito pelo Controlador	l) nº de mandatos consecutivos
Austin Laine Powell	27/09/1956	Engenheiro	946.522.287-91	Conselheiro efetivo	17.04.18	17.04.18	Até a AGO de aprovação das contas de 2019	Nenhum	Sim	3
Kjersti Roenningen	01/08/1967	Administradora	25032484	Conselheiro efetivo	17.04.18	17.04.18	Até a AGO de aprovação das contas de 2019	Nenhum	Sim	2
Simen Braein	12/11/1972	Cientista Político	063.292.317-29	Conselheiro efetivo	17.04.18	17.04.18	Até a AGO de aprovação das contas de 2019	Nenhum	Sim	2
Antonio Augusto de Miranda e Souza	14/07/1968	Administrador	641.734.106-20	Conselheiro efetivo	17.04.18	17.04.18	Até a AGO de aprovação das contas de 2019	Nenhum	Não	2
Delvio Joaquim Lopes de Brito	27/03/1961	Advogado	494.037.376-20	Conselheiro efetivo	17.04.18	17.04.18	Até a AGO de aprovação das contas de 2019	Nenhum	Não	2
Laurent Gonzalo	26/12/1979	Economista	063.427.187-33	Conselheiro suplente	17.04.18	17.04.18	Até a AGO de aprovação das contas de 2019	Nenhum	Sim	2

Tron Engebretsen		Engenheiro	29514835	Conselheiro suplente	17.04.18	17.04.18	Até a AGO de aprovação das contas de 2019	Nenhum	Sim	2
Andrea Morata Videira	16/01/1975	Economista	251.083.768-04	Conselheiro suplente	17.04.18	17.04.18	Até a AGO de aprovação das contas de 2019	Nenhum	Não	2
Antonio Carlos Bomfim	12/11/1951	Economista	070.905.525-00	Conselheiro suplente	17.04.18	17.04.18	Até a AGO de aprovação das contas de 2019	Nenhum	Não	2

12.5.3 Membros do Conselho Fiscal

A Assembleia deliberou pela eleição ou recondução dos Membros do Conselho Fiscal.

a) Nome	b) Data de Nascimento	c) Profissão	d) CPF / Passaporte	e) Cargo	f) Data possível de eleição	g) Data possível da posse	h) Prazo do Mandato	i) Outros cargos exercidos	j) Eleito pelo Controlador	l) nº de mandatos consecutivos
Emanuela Roggia	17/10/1983	Bacharel em Administração	003.457.880-36	Conselheiro efetivo	17.04.18	17.04.18	Até a AGO de aprovação das contas de 2018	Nenhum	Sim	2
Marcos Bett Pagani	07/10/1987	Tecnólogo em Sistemas de Energia	065.558.009-33	Conselheiro efetivo	17.04.18	17.04.18	Até a AGO de aprovação das contas de 2018	Nenhum	Sim	2
Saulo Macedo Freitas	11/03/1960	Economista	218.148.721-91	Conselheiro efetivo	17.04.18	17.04.18	Até a AGO de aprovação das contas de 2018	Nenhum	Não	3
Hélio Ricardo Teixeira de Moura	05/08/1958	Contador	402.707.346-00	Conselheiro suplente	17.04.18	17.04.18	Até a AGO de aprovação das contas de 2018	Nenhum	Sim	3
Paula Beatriz Cerqueira Leite	09/12/1982	Engenheira Eletricista	098.619.927-31	Conselheira suplente	31.05.16	31.05.16	Até a AGO de aprovação das	Nenhum	Sim	3

							contas de 2018			
--	--	--	--	--	--	--	-------------------	--	--	--

a) Currículos dos administradores e membros do conselho fiscal:

Membros do Conselho de Administração:

AUSTIN LAINE POWELL, é Mestre e Bacharel em Administração de Empresas com honras pela Universidade de Texas. Desde 2011 no Grupo SN Power / Statkraft, Laine Powell ocupa atualmente a posição de Senior Vice President America Latina. Antes de ingressar na SN Power, Laine Powell trabalhou na Duke Energy International 2002-2009, como Diretor de Operações para o Brasil, sendo também responsável por seus ativos localizados na Argentina e na Bolívia. Destaca-se ainda sua atuação na Enron Internacional, tendo ocupado várias posições ao longo de 08 anos de atividade. Na Companhia, até a data desta AGO, atua como membro efetivo do Conselho de Administração, tendo sua eleição sido realizada em 12 de maio de 2014.

KJERSTI ROENNINGEN, é administradora formada em Organização de Empresas e Finanças Internacionais pela Universidade Herlot Watt, em Edinburgh, Escócia. A Sra. Kjersti iniciou sua carreira na Statkraft em 2008 ocupando o cargo de Gerente de Auditoria Interna, em 2013 atuou como Gerente de integração e em 2014 passou a exercer a função de Senior Vice President de Finanças para o segmento de International Power. Antes de ingressar no grupo Statkraft a Sra. Kjersti atuou como auditoria financeira na empresa Grondahl & Dreyer até 1993, no ano seguinte atuou como gerente financeira pela mesma Companhia. Em 1995 atuou como Controller na NCA – Nippon Cargo Airlines, responsável pelos continentes Africano e Asiático. No ano de 1998 ingressou na Orkla onde atuou como auditora interna até 2005, ano em que foi promovida para o cargo de Vicechefe de auditoria interna, cargo que exerceu até 2008.

SIMEN BRAEIN, formado em Ciências Políticas pela Universidade de Oslo (UiO) e atualmente ocupando a posição de Vice Presidente responsável pela estratégia do segmento de International Power. Trabalha na Statkraft desde 2008, tendo atuado na Integração da Companhia ao modelo de gestão da Statkraft. Já atuou na Gestão Estratégica da Companhia e foi parte do Conselho de Administração da empresa SN Power. Anteriormente trabalhou na Embaixada Norueguesa em Belgrado (2005-2008), foi Consul da Noruega em San Francisco/EUA (201-2005) e trabalhou no Ministério de Relações Exteriores da Noruega (1998-2002).

ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA, bacharel em Administração de Empresas pela Universidade de Brasília (UNB), exerce a função de Diretor de Administração na Fundação dos Economistas Federais (FUNCEF). Durante o período de 1991 a 2014 trabalhou na Caixa Econômica Federal, tendo exercido as funções de Supervisor de produção, Supervisor de Logística e Auditor Interno. Ainda, participou do Conselho Deliberativo na Transparência Brasil (2007 a 2014), foi Vice- Presidente Regional/CO do Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IAA Brasil) e Vice-presidente do Instituto de Fiscalização e Controle (2005-2009).

DELVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO, graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, pós-graduado em Gestão Estratégica de Instituições Financeiras pelo Unicentro Newton Paiva e com MBA Executivo em Economia e Gestão pela Fundação Getúlio Vargas, exerce a função de Diretor de Benefícios da Fundação dos Economistas Federais (FUNCEF) desde junho/2014. Empregado na caixa desde 1981, já exerceu funções de Gerente de Núcleo, Chefe

Central e Auditor. No período de 2004 a 2009 foi cedido ao Ministério Público Federal para realização de trabalho de análise de empreendimentos realizados pela FUNCEF, ocasião em que participou ainda de análises realizadas em outros fundos de pensão e auxiliou na criação da Assessoria de Pesquisa da Procuradoria Geral da República.

LAURENT GONZALO, formado em Ciências Econômicas pela Universidade de Barcelona (2003) e Gestão pela Universidade de Fribourg (2004), bem como MBA pela Accademie Suisse (2008). Atualmente ocupa a posição de Controller na Companhia. Está na Statkraft desde 2013, onde ocupou a função de Consultor Senior em assuntos estratégicos e relacionados às demonstrações financeiras do grupo. Anteriormente trabalhou na KPMG na auditoria e consultoria, tendo sido gerente de consultoria (2004-2013).

TRON ENGBRETHSEN, mestre em Engenharia Elétrica pela Universidade Técnica de Trondheim, Noruega. Atualmente o Sr. Tron ocupa o cargo de Vice Presidente Sênior Chefe de Desenvolvimento Industrial na Área de Negócio Internacional da Hidro Statkraft. O Sr. Tron possui experiência executiva na indústria de energia hidrelétrica, anteriormente como Diretor de Produção da Statkraft com o portfólio de 180 plantas (1996-2013). Diretor Regional (1995-1996); Gerente de Informações (1994-1995); Gerente Técnico (1992-1994); Gerente Operacional pra os ativos da Statkraftsverkene (atualmente Statkraft e Statnett, 1991-1992); Vice Diretor de produção (1988-1996); Gerente Técnico e Nacional de Despacho, ambos em Powerplants e Main Grade (1980-1991).

ANDREA MORATA VIDEIRA, graduada em Economia pela Mackenzie, com MBA em Gestão Financeira e Risco pela FIECAFI, com 18 anos de experiência no Mercado Financeiro, tendo trabalhado em diversas áreas no Banco WestLB, Banco Condórdia e na BESAF – BES Ativos Financeiros (atual Haitong DTVM). Sólida experiência na área de Administração de Recursos de Terceiros (Asset Management), adquirida durante 12 anos em posição gerencial na área de Middle Office, Risco e Produto. Desde 2016 atua como Gerente na área de Gestão dos Ativos de Participações Societárias da FUNCEF (Fundação dos Economistas Federais).

ANTONIO CARLOS BOMFIM, graduado em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, Doutor em Direito Internacional e Integração Econômica pela Faculdade de Direito da UERJ. Atuou no Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior de 2001 a 2012, como Analista de Comércio Exterior. Antes atuou no Banco Nacional de Habitação, Caixa Econômica Federal, Fundação de Planejamento e Companhia Estadual de Habitação. Possui experiência no Magistério, tendo atuado como professor na Universidade Estácio de Sá e Faculdade de Direito do Centro Universitário de Brasília.

Membros do Conselho Fiscal:

EMANUELA ROGGIA, graduada em Administração e em Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal de Santa Maria. Ingressou no grupo Statkraft em Outubro de 2016 ocupando o cargo de Analista Sênior de Risco. Anteriormente a Sra. Emanuela atuou como Analista de Crédito no Reino Unido pelo período de Outubro de 2015 a Outubro de 2016, prestando serviços a empresas de energia e gás. De 2013 a 2015 atuou como Analista de Riscos nas empresas AES Tietê e Analista de Risco Sênior na Noble Comercializadora.

MARCOS BETT PAGANI, é Tecnólogo pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) em 2012. O Sr. Marcos iniciou sua carreira no grupo Statkraft em 2015, ocupando o cargo de Coordenador de Back Office no Brasil. Antes de ingressar no grupo Statkraft o Sr. Marcos ocupou a posição de Analista de Regulação e Mercado na Desenvix Energias Renováveis S.A. desde 2013, cargo que ocupou até junho de 2015.

SAULO MACEDO FREITAS, Formado em Ciências Contábeis, com especialização em Análise e Auditoria Contábil e MBA em Padrões Internacionais de Auditoria Interna. Foi empregado da CAIXA por 29 anos, no período de 28/05/1984 a 30/06/2013, dos quais 19 na Auditoria Regional de Goiânia/GO, nos cargos de Auditor Junior, Pleno, Sênior e Gerente Eventual da AUDIR/GO; e Instrutor Interino da CAIXA por 14 anos. Cursando a terceira e última fase do Exame CIA – Certificação Internacional Auditor e o CPA-20 – Certificação Profissional da ANBIMA.

PAULA BEATRIZ CERQUEIRA LEITE, É graduada em Engenharia Elétrica, com ênfase em sistemas de apoio a decisão, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2006 e mestrado em Engenharia Elétrica, Processamento de Sinais e Controles, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2008. O Sra. Paula iniciou sua carreira na Statkraft em abril de 2014 ocupando o cargo de Analista Sênior de Risco. Antes de ingressar no grupo Statkraft a Sra. Paula atuou como Analista Sênior de Risco, função que exerceu de março de 2012 até a março de 2014. Na Companhia, atua como membro suplente do Conselho Fiscal.

HÉLIO RICARDO TEIXEIRA DE MOURA, é mestre em Engenharia de Produção, com Ênfase em Planejamento e Custos. Professor universitário em várias disciplinas e IES, na Graduação e Pós, além de Perito Contábil, atuando pelo Juízo em diversas várias e instância, na Capital e região.

b) Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais) envolvendo os administradores e membros do conselho fiscal:

Nossos Conselheiros e Diretores não sofreram qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-os ou inabilitando-os para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

12.6.1 Membros do Conselho de Administração

a) Nome	b) % de participação
Austin Laine Powell	100%
Kjersti Ronningen	100%
Simen Braein	100%
Antonio Augusto de Miranda e Souza	87,5%

Delvio Joaquim Lopes de Brito	60,0%
Laurent Gonzalo (suplente)	0%
Tron Engebretsen (suplente)	0%
Andrea Morata Videira (suplente)	0%
Antonio Carlos Bomfim	0%

12.6.2 Membros do Conselho Fiscal

A Assembleia deliberou pela eleição ou recondução dos Membros do Conselho Fiscal.

a) Nome	b) % de participação
Emanuela Roggia	100%
Marcos Bett Pagani	100%
Saulo Macedo Freitas	100%
Hélio Ricardo Teixeira de Moura (suplente)	0%
Paula Beatriz Cerqueira Leite (suplente)	0%

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Os comitês instalados pela Companhia não participam do processo decisório dos órgãos de administração ou de gestão do emissor.

12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

Os comitês instalados pela Companhia não participam do processo decisório dos órgãos de administração ou de gestão do emissor.

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

Não aplicável.

b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não aplicável.

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não aplicável.

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não aplicável.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviços ou controles mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Não aplicável.

b) Controlador direto ou indireto do emissor

Não aplicável.

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável.